

SEPARATA DE  
**O ARQUEÓLOGO  
PORTUGUÊS**

JOÃO CARDOSO, JOÃO CARLOS CANINAS, FRANCISCO HENRIQUES

Investigações recentes do megalitismo do sul da Beira Interior

Lisboa, 2003

# Investigações recentes do megalitismo funerário na região do Tejo Internacional (Idanha-a-Nova)

JOÃO LUIS CARDOSO\*, JOÃO CARLOS CANINAS\*\*, FRANCISCO HENRIQUES\*\*

## RESUMO

Neste estudo publicam-se os resultados preliminares obtidos da escavação de oito monumentos megalíticos do sul da Beira Interior (região do Tejo internacional), Rosmaninhal, concelho de Idanha-a-Nova, seis dos quais se implantam em unidade geomorfológica bem individualizada – a plataforma do Amieiro – conferindo-lhe o estatuto de núcleo megalítico sucessivamente acrescentado ao longo de centenas de anos. Da análise conjunta das tipologias arquitectónicas identificadas e dos espólios correspondentes, resultou proposta de evolução do megalitismo da região, a qual se pode, resumidamente, apresentar do seguinte modo:

- 1 – Câmaras simples, fechadas, proto-megalíticas, desprovidas de espólio ou com espólio arcaico, do V milénio a.C.
- 2 – Câmaras simples, com planta em ferradura, abertas mas desprovidas de corredor, com espólio dos finais do IV ou inícios do III milénio a.C.
- 3 – Dólmenes com câmara e corredor bem diferenciados, de dimensões muito variáveis, contemporâneos dos anteriores.
- 4 – Dólmenes com cobertura em falsa cúpula, de grandes dimensões, do III milénio a.C.
- 5 – Pequenas cistas sub-trapezoidais, da 2ª metade do III milénio a.C. (Calcolítico Campaniforme).

Palavras-Chave: Faseamento do megalitismo - Beira Interior - Portugal

\* Universidade Aberta, Academia Portuguesa da História, Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO) e Associação de Estudos do Alto Tejo.

\*\* Associação de Estudos do Alto Tejo.

## ABSTRACT

*This study presents the preliminary results of the excavation of eight megalithic tombs, in the international area of the Tagus River (Beira Interior), near Rosmaninhal, municipality of Idanha-a-Nova. Six monuments are situated on the same geomorphological unit, the Amieiro platform, representing a megalithic nucleus developed and utilised during several hundred years.*

*Through a study of the architecture and archaeological remains, we propose the following scheme for the evolution of megalithic monuments in that region:*

- 1 – Single closed tombs, proto-megalithic, without associated remains or with archaic remains; dated to the fifth millennium BC.*
- 2 – Monuments with a single chamber, shaped like a horseshoe, without corridor from the late fourth to the early third millennium BC (Late Neolithic/Early Chalcolithic).*
- 3 – Dolmens with a well-defined chamber and corridor, varying in their dimensions; contemporary with type 2.*
- 4 – Dolmens of large dimensions, with round chambers built of eight or more orthostats, roofed by a false arch and with a long corridor; dated to the third millennium BC (Chalcolithic).*
- 5 – Small grave cists; dated to the second half of the third millennium BC (Late Chalcolithic / Beaker Period).*

*Key-words: evolution of megalithic monuments - Beira Interior - Portugal.*

## 1. INTRODUÇÃO

O sul da Beira Interior na região do Tejo internacional permanecia, até época recente, quase desconhecido no que concerne à riqueza do seu património arqueológico megalítico. De facto, as explorações pioneiras efectuadas por Francisco Tavares de Proença Júnior na anta da Urgueira, Vila Velha de Ródão (Proença, 1909), bem como em outros monumentos de que viria apenas a noticiar a existência (Proença, 1910), não tiveram o merecido seguimento. Félix Alves Pereira só pontualmente se interessou pela região, ao explorar a Anta Grande de Medelim, por si publicada (Pereira, 1934). Georg e Vera Leisner, no inventário a que procederam das antas portuguesas do ocidente peninsular (Leisner e Leisner, 1956) apenas assinalam imprecisamente três, a Oeste do Rosmanihal e uma outra, perto da extinta povoação de Alares, conforme se reafirma em obra póstuma, recentemente publicada (Leisner, 1998).

Na segunda metade do século, a situação não se alterou significativamente: referimo-nos às explorações de mais alguns monumentos, feitas circunstancialmente, por O. da Veiga Ferreira e F. de Almeida, na região egitaniense, com destaque para a escavação da anta da Granja de São Pedro (Almeida e Ferreira, 1958, 1959, 1971). Não obstante, a situação real deveria ser substancialmente diferente: Georg e Vera Leisner registaram cerca de 90 monumentos dolménicos na vizinha região de Proença-a-Nova (Kalb, 1990) não havendo razões para que tal abundância não se verificasse mais para oriente. Com efeito, os trabalhos de prospecção sistemática efectuados desde a década de 70 até à actualidade vieram confirmar aquele pressuposto: numa área limitada a sul pelo Tejo internacional, a Este pelo rio Erges, que faz também fronteira e a Oeste pelo rio Ponsul reconheceram-se

até à actualidade cerca de noventa monumentos megalíticos (Henriques, Caninas e Chambino, 1993, 1995a), dos quais cerca de sessenta e cinco na região do Rosmaninhal e vinte e cinco na região de Malpica do Tejo/Monforte da Beira, a larga maioria em razoável estado de conservação (Fig.1). Tal facto deveu-se, em parte, à baixa densidade populacional da região, bem como às práticas agrícolas utilizadas (Caninas e Henriques, 1995). Com efeito, dominam o montados, de sobreiros ou azinheiras, muitas vezes centenárias; as explorações cerealíferas extensivas foram importantes até à década de 1950, mas então ainda realizadas por métodos tradicionais não mecanizados, que proporcionaram a boa conservação dos monumentos. Deste modo, impunha-se a realização de trabalhos arqueológicos programados e perspectivados a médio/longo prazo que viabilizassem a escavação dos monumentos de maior relevância, e a sua ulterior publicação. Neste contributo, far-se-á apenas referência à componente funerária do património megalítico, excluindo, de momento, os monumentos de cunho simbólico não-funerário, como menires e cromeleques, dos quais alguns foram também identificados no decurso dos trabalhos de campo que temos conduzido na região. Os aspectos artísticos presentes em numerosas rochas, com as bem conhecidas covinhas (Henriques, Caninas e Chambino 1995b) ou outras insculturas, ainda inéditas, serão tratados noutra ocasião, bem como a conexão com os sítios habitados, ainda mal conhecidos.

Estes trabalhos têm sido desenvolvidos sob a égide da Associação de Estudos do Alto Tejo e têm contado com os apoios logístico e financeiro de diversas entidades, nomeadamente: o Instituto Português de Arqueologia; o Instituto Português do Património Arquitectónico, o Instituto de Promoção Ambiental, o Instituto da Conservação da Natureza; o Instituto Português da Juventude e a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Especial agradecimento é devido a uma vasta equipa de colaboradores, membros da Associação de Estudos do Alto Tejo e estudantes universitários, alunos do primeiro dos signatários, da Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Aberta e Universidade Autónoma de Lisboa que, desde 1993, têm activamente participado nas diversas escavações, em condições que nunca foram fáceis nem cómodas, obtendo, deste modo, um complemento indispensável à sua formação no domínio da arqueologia.

Também é devido justo reconhecimento a diversos proprietários e rendeiros dos terrenos onde se situam os monumentos investigados pelo acolhimento, autorizações e facilidades concedidas à concretização destas pesquisas: esse agradecimento é devido, em concreto, aos Senhores José Luís Fernandes (Couto do Amieiro), Fernando Duarte Galante de Carvalho (Couto da Espanhola), Joaquim Flores (Fazendão/Poço do Chibo) e à Junta de Freguesia de Rosmaninhal (Cabeço da Forca).

Em 1998, foi submetido para financiamento ao Instituto Português de Arqueologia um projecto de Investigação, sob a égide da Associação de Estudos do Alto Tejo, intitulado “Pré-História recente na margem esquerda do alto Tejo português” (coordenação geral de João Carlos Caninas, coordenação das prospecções de campo de Francisco Henriques). A coordenação científica das escavações arqueológicas foi assegurada pelo primeiro signatário. Desta forma, foi possível desenvolver um programa de trabalhos de campo e de gabinete, no âmbito do qual se integra o presente estudo, no qual se publicam pela primeira vez diversos monumentos, e se referem mais detalhadamente outros, apenas objecto de curta menção em trabalho anterior (Cardoso, 2001), depois de síntese dos trabalhos efectuados até 1999, envolvendo trinta anos de prospecções e escavações arqueológicas (Henriques, Caninas e Cardoso, 1999).

Neste estudo, não se reanalisam as antas 2 e 6 do Couto da Espanhola, situadas em plataforma próxima daquela onde se situam os monumentos do Amieiro, por terem já sido objecto de estudos de pormenor (Cardoso, Caninas e Henriques, 1995, 1997a, 1997b, 2000). A coordenação deste trabalho deve-se ao primeiro signatário; os desenhos, tanto de campo como de gabinete são da autoria de Bernardo Lam B. Ferreira, exceptuando-se o decalque da Fig. 25, da autoria dos dois outros signatários (J.C.C. e F.H.).

## 2. ASPECTOS GEO-AMBIENTAIS

A área de distribuição desta notável mancha megalítica corresponde a afloramentos de xistos e de grauvaques do complexo xisto-grauváquico ante-Ordovícico, integrados na unidade cronoestratigráfica designada por Formação do Rosmaninhal (Oliveira, 1992), de características turbidítico-conglomeráticas.

Por seu turno, estas rochas encontram-se sobrepostas por coberturas detríticas, essencialmente areno-conglomeráticas, arcósicas, com elementos mal rolados de quartzo, embalados em matriz areno-argilosa, de coloração frequentemente avermelhada, consoante o maior ou menor grau de oxidação dos depósitos. A sua idade foi situada no Eocénico ou no Oligocénico. Finalmente, observam-se, muito erodidos e remobilizados, mantos detríticos grosseiros, constituídos por seixos de quartzo e de quartzito, em geral sub-rolados, cuja idade foi situada por Orlando Ribeiro no fim do Pliocénico – são as chamadas rañas, de origem flúvio-torrencial, características de clima semi-árido que naquela época prevaleceu na região.

Os monumentos dolménicos distribuem-se, preferencialmente, pelo topo aplanado das elevações, onde ainda se conservam, residualmente, testemunhos das coberturas detríticas terciárias. É frequente observarem-se grupos constituídos

por até oito sepulcros, os quais em geral distam entre si de 200 a 300 metros, sendo mutuamente visíveis. Constituem, pois, verdadeiras necrópoles megalíticas, nas quais não é possível destacar nenhum por possuir particulares dimensões ou modo de implantação no terreno. Esta realidade foi sendo, naturalmente, construída no decurso de centenas de anos; tudo se passou, utilizando expressão de Vítor Oliveira Jorge, como se a paisagem fosse escrita e rescrita, constituindo um verdadeiro palimpsesto (Jorge, 1990).

### 3. ARQUITECTURAS MEGALÍTICAS E RESPECTIVOS ESPÓLIOS: UMA ANÁLISE INTEGRADA

A larga diacronia das manifestações megalíticas funerárias é patente, tanto pelos espólios como pelas distintas arquitecturas, como se concluiu ao estudar-se os dois megálitos da plataforma do Couto da Espanhola. Há que atender, porém, à possibilidade de coexistência de arquitecturas distintas (polimorfismo): sendo esta uma possibilidade real, é igualmente certo que a evolução geral da arquitectura megalítica aponta, tanto no sul (Alto e Baixo Alentejo), como no centro e no norte do País, para uma maior antiguidade dos sepulcros de câmara simples (aberta ou fechada), a que se sucedem, no apogeu do megalitismo, verificado no decurso do IV milénio a. C., os monumentos de grandes dimensões, de câmara poligonal e corredor longo (Cardoso, 2002). Na fase final do megalitismo português, já nos alvares do terceiro milénio a. C., ocorrem dólmenes com cobertura em falsa cúpula, ainda muito mal conhecidos a norte do Tejo, dos quais o exemplo português mais célebre é o dólmen 1 de Vale de Rodrigo, Évora (Leisner, 1940, 1948). Contudo, do lado espanhol, na vizinha província de Extremadura, conhecem-se diversos monumentos dolménicos com cobertura de falsa cúpula, como o da Granja del Toriñuelo, Badajoz (Bueno Ramírez, 2000; Carrasco Martín, 2000); esta solução arquitectónica também estaria presente nalguns casos dos adiante estudados (anta do Cabeço da Forca e anta 3 de Amieiro). Enfim, na segunda metade do terceiro milénio a. C. assistir-se-ia, de novo, à construção de sepulturas individuais, por vezes reaproveitando montículos tumulares pré-existent: é o caso da cista de Amieiro 5b, descentrada face à estrutura mais antiga, um pequeno dólmen de planta em ferradura, que ocupa a área central do *tumulus*. Assim, desde meados do V milénio até finais do III milénio a. c., também na região do Tejo internacional se encontra registada a evolução geral do megalitismo, no caso ilustrada pela escavação de dez megálitos, desde 1995 a 2000.

A cartografia arqueológica de todos os monumentos até ao presente identificados, descritos e registados individualmente em planta, incluindo as suas

coordenadas rigorosas, permitiu seleccionar aqueles que se afiguravam mais interessantes, tanto pelo estado de conservação como pelas características arquitectónicas: desta forma, a informação previamente recolhida foi preciosa para, em curto espaço de tempo, se conseguir a exploração do número de monumentos susceptíveis de exprimirem adequadamente a diversidade megalítica presente na região. Uma das características comuns a todos os monumentos é a presença de *tumuli*, sublinhados por couraças de blocos de quartzo leitoso, o que ainda torna mais evidente a sua presença no terreno, ao contrário de nele se dissimularem. Tais características foram também observadas no Noroeste Alentejano, por Jorge de Oliveira, prolongando-se pela região fronteiriça de Valência de Alcântara.

Na plataforma do Couto da Espanhola, com altitudes de cerca de 300 m, de orientação NE-SW e a cerca de 7 km a NW do Rosmaninhal identificaram-se sete monumentos funerários megalíticos, além de menires, cromeleques, rochas insculturadas e testemunhos de povoamento, ainda que pouco intensos, denunciados por grandes dormentes de mó manuais de grauvaque.

Das sete antas até ao presente ali identificadas, eram as antas 2 e 6 que detinham maior interesse, sublinhado pelo bom estado de conservação, as quais foram já objecto de publicações extensas, já anteriormente citadas, pelo que de momento não se voltará à análise destes dois monumentos. Com efeito, serão apenas abordados, ainda que de forma preliminar e sintética, os monumentos que ainda não foram objecto de estudos de pormenor ou que se mantinham até agora totalmente inéditos: trata-se dos seis sepulcros escavados na plataforma do Amieiro e dois outros, já fora dela: a anta 1 do Poço do Chibo e a anta do Cabeço da Forca.

### Plataforma do Amieiro

Na plataforma do Amieiro situada a leste do Couto da Espanhola, de idênticas características geológicas e geomorfológicas, com altitudes à roda dos 300-370 m, identificaram-se nove monumentos dolménicos, evidenciados por *tumuli*, sempre sublinhados à superfície pelas concentrações de blocos de quartzo leitoso que os revestiam. Seis deles, pelo estado de conservação que evidenciavam e pelas suas características arquitectónicas, mereceram escavação arqueológica, cujos resultados preliminares agora pela primeira vez se apresentam (Fig. 2). Na descrição e caracterização dos monumentos, seguir-se-á a sequência cronológica por que foram escavados.

### Anta 2 do Amieiro

A anta 2 do Amieiro é um pequeno sepulcro explorado em Setembro de 1997. Os trabalhos foram dirigidos pelo primeiro signatário e contaram com

a colaboração de João Carlos Caninas e com a participação dos estudantes Hugo Alexandre Salinas Vargas (da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa), Inês Mendes da Silva (da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e Rui Pedro Pinho Pinto. A câmara deste monumento é poligonal e encontrava-se bastante alterada na sua arquitectura original, em parte devido à implantação de um marco geodésico da antiga triangulação geral do Reino. Ocupava a zona central do *tumulus*, com cerca de 16 m de diâmetro máximo, mas de pequena altura. O monumento possuía corredor longo, comparativamente com o tamanho da câmara, com cerca de 2,3 m de comprimento (Fig. 3). Trata-se, pois, de uma anta de arquitectura evoluída, mas de pequeno tamanho, em parte condicionado pela natureza dos monólitos disponíveis os quais, sendo de xisto e de grauvaque, não permitiriam a construção de um grande monumento, sobretudo em altura; nestes termos, o corredor poderá possuir apenas um carácter ritual, visto ser dificilmente admissível que por ele circulasse alguém, especialmente se fosse ainda obrigado a transportar o cadáver de cada um dos indivíduos depositados na câmara; esta não teria capacidade para albergar mais de três a quatro corpos.

Os níveis inferiores da câmara e do corredor encontravam-se pouco remexidos. Da periferia da câmara, e sobre o chão primitivo desta, correspondente a substrato de xistos paleozóicos regularizado, provém um esférico baixo, liso (Fig. 6, n.º 2), um denticulado e fragmentos de dois outros vasos, enquanto que do lado meridional do corredor, junto a um dos esteios se recolheram dois machados de anfíbolito (Figs. 4, 5); jaziam um sobre o outro, orientados para lados opostos, sendo evidente o carácter ritual desta dupla deposição.

Por seu turno, os níveis superiores da câmara testemunham a sua reutilização no decurso do final do Calcolítico e na Idade do Bronze, documentada por restos de uma grande taça de fundo onfalado, atribuível ao período campaniforme (Fig. 6, n.º 3) e por um punhal de base convexa com rebitagem simples para encabamento, reportável pela respectiva tipologia ao Bronze Pleno (Fig. 6, n.º 1).

No *tumulus*, recolheram-se fragmentos de disco de quartzito com recorte escamoso periférico, de técnica languedocense, que poderá não ser coevo da construção/utilização do monumento.

### Anta 3 do Amieiro

A anta 3 do Amieiro foi escavada também em Setembro de 1997, pela mesma equipa que explorou o monumento anterior, do qual dista cerca de 150 m, sendo dele visível. Trata-se de monumento evoluído, coberto por mamoa com cerca de

14 m de diâmetro, a qual, como é usual, se encontra sublinhada por blocos de quartzo leitoso, constituído por três partes principais:

- uma câmara de contorno elipsoidal assimétrico, definida originalmente por nove ortóstatos estreitos e alongados de xisto; tal disposição evoca a tipologia das câmaras dos sepulcros de falsa cúpula do Alentejo e Algarve e, como estes, terá sido coberta por uma falsa cúpula; nestes termos, seria o primeiro monumento deste tipo a ser explicitamente reconhecido e identificado a norte do Tejo, fora da Estremadura portuguesa (Fig. 7);
- um corredor curto, reforçado de ambos os lados por esteios que poderiam constituir o apoio de uma estrutura de madeira;
- um átrio, a céu aberto, mais largo que o corredor, de paredes bombeadas, separado daquele por estrutura constituída por duas lajes colocadas de cutelo, imbricadas, que fechavam o acesso do lado externo. Este átrio é formado por pequenos ortóstatos, de xisto, inclinados, progressivamente mais baixos para a entrada do monumento (Fig. 8).

Identificaram-se ainda duas sub-estruturas no interior deste monumento: trata-se de uma lareira constituída por empedrado de contorno elíptico, feito junto à cabeceira da câmara (Fig. 7), sobre o solo primitivo desta, e de uma laje de xisto assente horizontalmente no chão do corredor, cuja função seria idêntica à da laje encontrada na câmara da anta 2 do Couto da Espanhola, servindo como “cama” à deposição de um corpo. Com efeito, no referido monumento, sobre uma laje de xisto disposta horizontalmente no chão da câmara, recolheram-se diversos artefactos que acompanhariam o sepultado (Cardoso, Caninas e Henriques, 1997b). A lareira, por seu turno, configura o uso do fogo no interior da câmara mortuária, certamente em meio muito circunscrito, pois o espaço, sem arejamento, não permitia combustões intensas. À semelhança do observado em outros monumentos megalíticos portugueses da região da Figueira da Foz, é provável que o uso do fogo se relacionasse com a simples desinfecção do interior dos megálitos, a par da dissipação do mau cheiro, pelo recurso a substâncias aromáticas (Rocha 1895, 1900). Casos houve, como no dólmen de Cabecinha, assinalado por A. dos Santos Rocha, em que “Os lares estavam por cima dos esqueletos, separados d’estes por uma camada de terra arenosa com a espessura de 0,15 a 0,25 m e limitados a pequenos espaços, que não excediam 0,50 m de diâmetro” (Rocha, 1900, p. 257). Esta hipótese não é incompatível com a prática de fogueiras rituais, como as documentadas no depósito funerário do Neolítico Final da Lapa do Fumo, Sesimbra, as quais foram ateadas em torno do ossuário ali encontrado (Serrão e Marques, 1971), cujo calor, nalguns casos, atingiu os próprios ossos

humanos. Mas as marcas de fogo não chegam para admitir a hipótese de cremação dos cadáveres, embora, nalguns casos mais recentemente documentados, como na *tholos* de Olival da Pega 2 b, as temperaturas atingidas tenham sido muito altas, correspondendo a fogos generalizados, dada a grande quantidade e as intensas marcas conservadas tanto em ossos humanos, como nas oferendas funerárias a eles associadas (Gonçalves, 1999).

No caso em apreço, como nos restantes, o fogo, além de elemento purificador e regenerador das almas dos mortos, teria, como se disse, uma função muito mais prática, mas não incompatível com a referida: tratando-se de sepulcro colectivo, em caso de reutilização, pouco espaçada no tempo, tornar-se-ia necessário eliminar maus odores resultantes da decomposição dos cadáveres depositados na câmara e no corredor, mediante a queima de plantas aromáticas, à semelhança das práticas seguidas muito depois nas sepulturas colectivas micénicas (Mylonas, 1948).

Rituais de fogo, conduzindo à cremação parcial dos corpos, foram identificados em área cultural megalítica muito próxima, na anta da Bola de Cera (serra de São Mamede) e efectuados na sua estrutura interior (Oliveira, 1998). Também no território adjacente da Extremadura espanhola se identificaram testemunhos idênticos: é o caso da lareira encontrada na zona central do nível mais profundo da câmara do monumento de Trincones 1, e Alcántara, Cáceres, de planta idêntica à da anta 3 do Amieiro e, como esta, com cobertura em falsa cúpula (Bueno Ramírez *et al.*, 2000, Fig. 29).

Digno de realce é ainda a existência de forte selagem do corredor exterior, constituída por duas lajes colocadas transversalmente de cutelo, parcialmente imbricadas, as quais teriam de ser removidas cada vez que se pretendesse aceder ao interior do espaço funerário (Fig. 8). Com efeito, ao contrário do corredor do dólmen anterior, o deste detinha evidente carácter funcional, sublinhado até pelo átrio exterior, que o antecede.

Apesar do bom estado de conservação e da grandeza deste monumento – um dos maiores registados na região – o espólio que forneceu é exíguo. Tal facto não se deve imputar a qualquer violação do mesmo; dela não se encontraram quaisquer provas, designadamente a existência de depósitos com indícios de remeximento, ou com materiais modernos, como é usual em tais casos; acresce que a presença da lareira ritual, intacta, conservada no chão da câmara, é também contrária a tal hipótese.

A terem-se verificado violações do monumento, necessariamente que passariam despercebidos aos seus autores, pequenos objectos como micrólitos, pontas de seta e lamelas, os quais, no entanto, não faziam parte do espólio, apesar de ocorrerem, nalguns casos frequentemente, noutros monumentos da região,

igualmente de características evoluídas, como é o caso da anta 2 do Couto da Espanhola. Isto significa que a utilização do sepulcro não foi acompanhada da deposição de espólio não perecível. Apenas se recolheu, no exterior do monumento, fragmento de artefacto de pedra polida e, em nível alto do interior da câmara, pequeno fragmento de taça em calote, próximo de ponta de seta de cobre de tipo Palmela evoluído; tais peças atestam a sua reutilização em época tardia, no final do Calcolítico ou já no início da Idade do Bronze, à semelhança do verificado na anta 2 do Couto da Espanhola e na anta 2 do Amieiro (Fig. 9, n.º 1 a 3). A ponta, de contorno esguio e lanceolado, tem equivalente próximo no dólmen de Lácara, Badajoz (Bueno Ramírez, 2000, Fig. 13). Crê-se que a aparente ausência de espólio na fase correspondente à primitiva utilização do monumento, que é, repita-se, um dos mais importantes da região, só salienta o pouco que conhecemos dos rituais funerários destas comunidades: o monumento poderia ter sido construído mas jamais utilizado; ou poderiam ter sido privilegiadas as oferendas de carácter perecível, de madeira, couro, ou entrançados vegetais de esparto, por exemplo, cuja importância à época era óbvia mas que só excepcionalmente se conservaram (caso dos materiais exumados na Cueva de Los Murciélagos de Albuñol, na Andaluzia, conservados no Museu Arqueológico Nacional, em Madrid (Góngora y Martínez, 1868).

#### Anta 5 do Amieiro

— A anta 5 do Amieiro foi o terceiro monumento a merecer exploração, em Setembro de 1998, sob direcção do primeiro signatário, com a participação de João Carlos Caninas, Inês Mendes da Silva, licenciada em História (Variante de Arqueologia) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Rui Jorge Oliveira Pedroso, aluno de Biologia da Faculdade de Ciências da mesma Universidade e André Ramos da Silva, aluno do Instituto Superior Técnico. O monumento implanta-se no topo de pequena elevação da bordadura setentrional da plataforma do Amieiro, a partir da qual se divisa uma vasta paisagem, de várias dezenas de km em redor, especialmente para Nordeste, Este e Sul.

Sob um *tumulus* pior conservado que os anteriores, pois actualmente a sua altura não ultrapassa 0,50 m, com o diâmetro máximo de cerca de 18 m e evidenciado, como de costume, por blocos de quartzo, emergiam, antes da escavação, os topos dos esteios de duas estruturas distintas, facto inédito no âmbito do megalitismo regional. Foi, portanto, a existência de uma provável estrutura tumular secundária que determinou a escavação deste monumento (Fig. 10).

A estrutura principal, coeva da construção do *tumulus* correspondia a anta de câmara não diferenciada, do tipo “ferradura”, a primeira que deste tipo se escavou na região, com um esteio servindo de cabeceira e, respectivamente, cinco e seis esteios do lado setentrional e meridional, por vezes imbricados. Pela dimensão, o recinto assim definido poderia albergar no máximo dois corpos deitados, em decúbito lateral flectido. O interior evidenciava profundos revolvimentos. Mesmo assim, do espólio faziam parte uma grande placa de xisto gravada de evidente origem alentejana (Fig. 11), duas pontas de seta, uma grande lâmina de sílex acastanhado, com origem provável no maciço calcário mesozóico ocidental, uma lamela incompleta, um fragmento de taça em calote e um fragmento de placa de grauvaque totalmente polida, com decoração de sulcos incisos em ambas as faces (Fig. 12, n.º 1 a 6).

O sepulcro de menores dimensões corresponde a uma cista de planta sub-trapezoidal; ocupa posição periférica na mamoa e encontra-se afastado da estrutura principal cerca de 2,20 m para Norte. O seu interior tinha sido totalmente remexido; apenas se recolheu, sobre o fundo da estrutura, um fragmento de placa de xisto, do qual apenas o reverso se conservava (liso), e porção de um vaso campaniforme, com decoração pseudo-excisa, de grande interesse para o estabelecimento da cronologia do momento de construção desta estrutura secundária (Fig. 12, n.º 7 e 8). Quanto ao fragmento da placa de xisto, é provável que se trate de objecto reaproveitado, talvez recolhido pelas populações campaniformes em sepulcro mais antigo das vizinhanças, sem excluir a hipótese, pouco provável, de em época tão avançada ainda se confeccionarem tais artefactos ideotécnicos. Contudo, deve salientar-se a sua abundância, ainda no Calcolítico, como se conclui pelos encontrados na *tholos* de Santiago do Escoural (Santos e Ferreira, 1969); foi também assinalada a sua associação às duas sepulturas individuais campaniformes do dólmen de Montum, Melides (Ferreira *et al.*, 1975) mas, neste caso, poderia tratar-se de simples reaproveitamento a partir das tumulações feitas anteriormente no megálito.

### Anta 8 do Amieiro

A anta 8 do Amieiro foi objecto de escavação em Setembro de 1999, também sob direcção do primeiro signatário. Nela participaram os seus então alunos, da Licenciatura em História, Variante de Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Andreia Martins, Elisabete Barradas, José Gonçalo Valente e Teresa Costa e, ainda, André Ramos da Silva, aluno do Instituto Superior Técnico. O monumento situa-se na bordadura sul-oriental da vasta plataforma do Amieiro. A posição marginal do local explica a erosão dos depósitos de cobertura terciários que constituem a referida plataforma:

na própria área adjacente ao monumento, são frequentes os afloramentos xisto-grauváquicos, de idade ante-ordovícica, atravessados por numerosos filões de quartzo, dos quais um se encontra evidenciado por grandes blocos, dispostos em alinhamento a poucos metros do megálito. A paisagem que se domina do sítio é vasta, para os quadrantes de sudeste e sudoeste. Outrora campos de sementeira, pontuados de azinheiras centenárias, o abandono das práticas agrícolas extensivas, ocorrido na década de 1950, conduziu ao desenvolvimento de vegetação arbustiva, dominada pelas giestas que, entretanto, atingiram grande porte.

Do ponto de vista arquitectónico, trata-se de uma câmara aberta, voltada para Este, de planta geral em “ferradura”, semelhante à do sepulcro mais antigo de Amieiro 5, com o comprimento máximo de 1,4 m, cujos dez esteios, por vezes ligeiramente imbricados, se encontram reforçados na zona da cabeceira por três ortóstatos exteriores (Figs. 13 e 15). Trata-se, pois, de um pequeno monumento, muito bem conservado, quase totalmente enterrado no respectivo *tumulus*, que ali atinge a altura máxima, de cerca de 1 m, certamente próxima da primitiva (Fig. 14). A entrada, com a largura de 0,40 m, encontra-se definida por dois esteios de maiores dimensões. A cobertura do recinto assim definido pode ter sido assegurada por madeiramento, apoiado lateralmente nos esteios, coberto pelo *cairn*. Esta hipótese é reforçada por não se ter encontrado qualquer testemunho de uma eventual laje de cobertura, e ainda por existirem, no interior da câmara, desde a sua parte mais funda, inúmeros blocos de quartzo pertencentes ao *cairn*, que para ali caíram quando o interior ainda se encontrava livre de entulhos.

Como particularidade digna de destaque, assinala-se a existência de uma pequena estela de formato tabular, de altura inferior à dos esteios, implantada no interior da câmara e orientada no sentido do eixo maior do monumento (Fig. 15, em cima). Esta situação tem paralelo próximo na estátua-menir fálica e insculturada encontrada ainda *in situ* no interior da câmara do dólmen de Navalcán, Toledo (Bueno Ramírez *et al.*, 1999), cuja cronologia pode situar-se no Neolítico Final ou já no Calcolítico. Também no pequeno megálito de planta elipsoidal fechada de Madroñal, Cáceres, se encontrou, ocupando zona central da câmara, um pequeno monólito, de altura inferior à dos esteios da estrutura, como no presente caso (Bueno Ramírez, 2000). A implantação deste monólito dividiu a câmara em dois espaços aproximadamente iguais, cada um deles podendo receber, no máximo, uma deposição mortuária.

O *tumulus*, com o diâmetro máximo de 15,5 m, é quase integralmente constituído por blocos de quartzo leitoso filoneano de médias e grandes dimensões, engrenados uns nos outros, constituindo assim um *cairn* estruturalmente homogéneo. As grandes dimensões de alguns dos blocos aproximam-se das

verificadas na anta 1 do Poço do Chibo e reflectem, obviamente, a proximidade e abundância da matéria-prima utilizada. A escavação parcial do *tumulus* forneceu, entre outros materiais menos significativos, um fragmento de grande taça carenada; um bordo em aba de recipiente provavelmente fechado (Fig. 15, n.º 5); um fragmento de machado de secção sub-rectangular (Fig. 15, n.º 8), com o gume massacrado por ter sido reutilizado como percutor (idêntico a exemplares estremenhos); um geométrico (crescente) de sílex acastanhado (Fig. 15, n.º 4) e uma conta de cornalina rosada, translúcida com perfuração central cilíndrica (Fig. 15, n.º 7). Afastada a hipótese de o interior do sepulcro ter sofrido assinaláveis violações – aliás contrariada pela posição original ocupada pela estela-menir acima referida, a existência destes materiais do seu lado externo só pode explicar-se aceitando-se a sua deposição ritual no próprio *tumulus*.

A escavação do interior do megálito revelou escassos materiais. Destaca-se um pequeno “púcaro” munido de asa simples e fundo plano (Fig. 15, n.º 9), o qual se encontrava tombado de lado, com a abertura encostada à face interna de um dos esteios do lado norte e à profundidade de 0,50 m a contar do topo do referido esteio. A sua tipologia, aparentemente evoluída, afasta, no entanto cronologia mais recente que a do monumento; com efeito, a profundidade de recolha e a posição ritual do recipiente, contrariam tal hipótese. Por outro lado, na anta 6 do Couto da espanhola encontrou-se recipiente análogo (Cardoso, Caninas e Henriques, 1997b, Fig. 5 B), tal como este de fabrico manual e pasta grosseira. O interior do monumento forneceu dois micrólitos: um trapézio de calcedónia translúcida esbranquiçada (Fig. 15, n.º 3) e uma lamela de quartzo, que poderá corresponder apenas a esquírola accidental (Fig. 15, n.º 2). Recolheu-se ainda um fragmento de ponta de seta de sílex rosado, translúcido, de base côncava, com extensas fracturas provocadas pelo calor (Fig. 15, n.º 1). Esta realidade encontra-se sublinhada pela presença de carvões dispersos no enchimento, talvez resultantes de fogueiras ateadas na câmara, à semelhança da identificada na anta 3 do Amieiro.

Admitindo-se a ausência de remeximentos e apenas uma fase utilização do monumento, a cronologia deste remonta, pela tipologia da ponta de seta, ao Neolítico Final ou já ao Calcolítico.

### Anta 1 do Amieiro

Trata-se de sepulcro escavado em Setembro de 2000. Os trabalhos foram dirigidos pelo primeiro signatário e contaram com a colaboração de Carla Martinho e Vanessa Loureiro, então suas alunas da variante de Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, de António Belo, João Casa e Lurdes Ferreira, da Universidade Aberta, também seus alunos,

de Filipe Santos Martins, Sofia Albuquerque e Marta Araújo, alunos da Universidade Autónoma de Lisboa e André Ramos da Silva, aluno do Instituto Superior Técnico. À semelhança dos restantes dólmenes da região, o tumulus era constituído por uma acumulação homogénea de blocos rochosos (*cairn*), maioritariamente de quartzo leitoso filoneano, embora também ocorressem à superfície numerosos fragmentos de xisto, resultantes essencialmente da destruição dos esteios da câmara (Fig. 16). Com efeito, o estado de conservação do monumento era medíocre, o que foi confirmado pela escavação. Esta demonstrou a ausência de corredor, correspondendo a estrutura dolménica a uma câmara de contorno poligonal provavelmente fechada, constituída originalmente por sete esteios, cujo contorno, nos sectores em que estes não se conservaram, era evidenciada pelo respectivo embasamento, com abundantes estilhaços de xisto resultantes do seu arranque (Fig. 17). Apesar de todas as terras terem sido cuidadosamente crivadas não se recolheu espólio, com excepção de três fragmentos de cerâmica lisa, incaracterísticos, oriundos da zona da câmara, indício das fortes perturbações ali verificadas.

#### Mamoia 9 do Amieiro

O último monumento a ser escavado na plataforma do Amieiro situa-se no topo de uma elevação isolada, em cujo topo se conservou, por efeito da erosão regressiva, um retalho dos depósitos de cobertura terciários que caracterizam o relevo regular da plataforma do Amieiro. Foi localizado na sequência de informações prestadas pelo rendeiro do Couto do Amieiro, o Sr. José Luís Fernandes ao primeiro signatário do presente trabalho, no decurso da escavação da anta 1 do Amieiro. A escavação efectuou-se também sob sua responsabilidade, em Setembro de 2000, pela equipa já anteriormente mencionada.

Trata-se de sepulcro de pequenas dimensões, constituído por um *tumulus* muito bem conservado, protegido por densa vegetação que o cobria e dissimulava quase completamente (Fig. 18), com cerca de 5 m de diâmetro e de pequena altura, constituído, como de costume, por blocos de quartzo, mas de maiores dimensões que os habituais, (*cairn*). Esta situação decorre da existência de filão de quartzo nas imediações, situação que tem paralelo na anta 8 do Amieiro e na anta 1 do Poço do Chibo, adiante caracterizada. Acessoriamente, ocorrem elementos de xisto, como também é vulgar, e que poderiam resultar da destruição parcial da estrutura sob o *tumulus*, a qual tinha sido anteriormente violada. Esta situação era indicada pela existência de uma depressão central no terreno, desprovida de blocos. Escavada tal zona em profundidade, deparou-se com um recinto de contorno elipsoidal e fechado, incompleto de um dos lados, com cerca de 2 m por 1 m, definido por pequenas lajes de xisto, que não teriam outras funções

que a de delimitar interiormente o amontoado de blocos que constituem o *tumulus* do monumento (Fig. 19). As diminutas dimensões destes elementos impede de considerar o monumento como “megalítico”, sendo por isso adoptada a expressão, mais adequada, de mamoa. Tal como se verificou na escavação do sepulcro anterior, apesar de as terras terem sido totalmente crivadas, não se encontrou nelas qualquer espólio. Nestas condições, a atribuição cronológico-cultural do monumento poderá apenas ser feita com base nas respectivas características arquitectónicas.

A existência de pequenos sepulcros baixos e fechados, de planta elipsoidal, sob *tumuli*, é reportada em geral ao Neolítico Antigo, onde representam a fase inicial do fenómeno megalítico; esta realidade encontra-se particularmente bem documentada no Alentejo litoral, mas também no Alto Alentejo. Mais recentemente, foi igualmente referida no centro interior e no norte do País (Cardoso, 2002). Estar-se-ia, pois, perante um fenómeno que despontou na primeira metade do V milénio a.C. em diversas regiões e de forma quase sincrónica, o que confirmaria o pressuposto de a génese do fenómeno megalítico no ocidente peninsular, ser a expressão funerária de populações que se encontrariam, globalmente, em um determinado estágio de evolução tecnológica, económica e social.

Na região em apreço, foi escavado monumento semelhante aos referidos – a anta 6 do Couto da Espanhola – situada na plataforma vizinha do mesmo nome, a qual, na sua fase mais antiga, das duas identificadas, correspondia a um monumento fechado, com espólio simples, integrando micrólitos (crescentes) outras indústrias microlíticas (mas sem pontas de seta) e artefactos de pedra só parcialmente polidos; face a tal realidade, foi o monumento situado em fase inicial das manifestações funerárias do megalitismo regional (Cardoso, Caninas e Henriques, 1995). Contudo, a mamoa 9 de Amieiro afasta-se daquelas características, não só por não existirem esteios (presentes mesmo nos pequenos monumentos proto-megalíticos) mas ainda pelo facto do monumento exhibir um bom acabamento: o *cairn* encontra-se, de facto, cuidadosamente delimitado do lado interno por lajes de pequenas dimensões, as quais mais do que garantirem o apoio de uma cobertura, se destinariam, como se disse, a definir um recinto sob *tumulus* onde se poderá ter praticado a deposição de apenas um corpo. Neste aspecto, aproxima-se singularmente dos recintos cistóides, da Idade do Bronze da Beira Alta, os quais podem configurar apenas fossas rituais, cobertas por *tumuli* baixos, também constituídos por blocos pétreos: é o caso, entre outros, dos monumentos sepulcrais ou rituais de Casinha Derribada (Cruz *et al.*, 1998), que se somam à necrópole de Paranho, conhecida de há muito (Coelho, 1925), e à de Fonte da Malga (Kalb e Höck, 1980), todas pertencentes ao concelho de Viseu.

Em conclusão, não é com os pequenos recintos rituais proto-megalíticos do Neolítico Antigo, que este monumento se deverá preferencialmente comparar mas sim com os pequenos *tumuli* do ciclo post-megalítico, da Idade do Bronze do centro interior do País.

### Outros monumentos megalíticos

#### Anta 1 do Poço do Chibo

A anta 1 do Poço do Chibo foi construída no topo de pequena elevação situada 700 m a leste da aldeia abandonada de Alares, no sudoeste da freguesia do Rosmaninhal. O rio Tejo corre a cerca de 2,5 km do local, que se implanta no extremo ocidental da referida elevação. Explorada em Outubro de 1998, situa-se cerca de 10 Km a Sul do núcleo megalítico do Couto da Espanhola. Os trabalhos foram dirigidos por João Carlos Caninas e Francisco Henriques e contaram com a participação de Vítor Camisão, Ruben Henriques, Paulo Belo, Maria dos Anjos Henriques, Carlos Magro, Cacilda Magro e Jorge Gouveia, membros da Associação de Estudos do Alto Tejo. A 65 m para nascente na mesma cumeada e à mesma altitude de 292 m, identificou-se uma rocha gravada com símbolos geométricos, a qual, por se poder relacionar com o megálito em apreço, também se reproduz neste estudo (Fig. 20).

Trata-se de pequeno monumento inserido em *tumulus* constituído por blocos de quartzo leitoso, bem conservado e destacado no terreno, cujo diâmetro máximo original não deveria ultrapassar os 10 m (Figs. 21, 22). Na periferia do *tumulus*, são evidentes grandes blocos de quartzo leitoso, que fecham a entrada do corredor do monumento e se prolongam lateralmente, constituindo anel de contenção exterior do montículo artificial. A estrutura do monumento integra uma pequena câmara, de planta circular, com cerca de 1 m de diâmetro e um corredor comparativamente longo, com 2,3 m de comprimento, definido por esteios de quartzo, de xisto e de grauvaque, inclinados para o interior do monumento devido à pressão das terras do *tumulus* (Fig. 21 e 23, em cima).

Tal como já se tinha constatado na anta 2 do Amieiro, o corredor deste monumento, pela largura exígua, de cerca de 40 cm e assinalável comprimento, face às dimensões gerais do monumento, não teria carácter funcional. A sua entrada parece ser marcada por dois monólitos, um de cada lado, que poderiam definir um pequeno átrio ao ar livre, comparável ao identificado na anta 3 do Amieiro. A câmara, de planta sub-circular, constituída por nove esteios, aproxima-se da que caracteriza os dólmenes de falsa cúpula, embora não fosse necessário recorrer a esta solução, dada a pequenez do vão a cobrir, cujo comprimento

máximo não ultrapassava 2 m. Trata-se, deste modo, de um sepulcro miniatural, em parte determinado pela natureza das rochas utilizadas – incluindo blocos de quartzo que constituem alguns dos ortóstatos, tanto da câmara como do corredor – que integra a tipologia arquitectónica dos monumentos mais evoluídos do ciclo megalítico.

O espólio revelou-se muito escasso: apenas se recolheu, na câmara, um micrólito de sílex (trapézio alongado) sobre lâmina de sílex castanho-amarelado translúcido (Fig. 23, n.º 2), fragmentos de taça (Fig. 23, n.º 3) e de globulares (Fig. 23, n.º 5), e uma amoladeira de grauvaque, cujos fragmentos jaziam tanto na câmara como no exterior do monumento, a 5 m de distância do limite sul da mamoa, prova concludente de ter havido uma violação anterior do megálito. Do exterior da câmara, provém igualmente um fragmento de recipiente fechado com bordo em aba (Fig. 23, n.º 4) e um escopro de anfibolito (Fig. 23, n.º 1), para além de moventes e de dormentes de mós manuais e de materiais lascados de quartzo e quartzito, cuja relação com o monumento não é segura.

A rocha gravada corresponde a elemento móvel alongado, em forma de sela, de grauvaque, com uma das faces de topo insculturada, com uma inclinação de 45 graus e 0,66 m de altura (Fig. 24). As insculturas foram obtidas pela técnica do picotado e da abrasão, constituindo globalmente um motivo complexo, de carácter geométrico, que se insere no quadro geral da arte esquemática megalítica (Fig. 25); é, pois, compatível com a cronologia atribuída à anta, cuja arquitectura indica, como se disse, uma fase evoluída do megalitismo, talvez já dos inícios do III milénio a.C., não obstante as pequenas dimensões do monumento.

### Anta do Cabeço da Forca

A anta do Cabeço da Forca situa-se na periferia do Rosmaninhal, a apenas 250 m do limite da povoação, sendo facilmente identificável pela existência de montículo tumular pronunciado. Apesar de se situar na zona limítrofe do terreno onde se realiza a feira da povoação, encontrando-se deste modo sujeita a elevada pressão antrópica desde há muito, considerou-se que a respectiva escavação se encontraria justificada, na eventual falta de espólio arqueológico, pelo exemplo didáctico e formativo que poderia constituir para a própria população local, a começar pelos alunos da escola do primeiro ciclo ali existente. Os trabalhos foram realizados em duas campanhas (1999 e 2000) e efectuaram-se sob a direcção de João Carlos Caninas e de Francisco Henriques; contaram com a participação dos seguintes elementos: Francisco Regala e Esmeralda Gomes (alunos de J. L. C. da Universidade Aberta), João Caldeira Barata, Ricardo Chambino, Vítor Camisão, Marcos Tavares, Ruben Henriques, Paulo Belo, Maria dos Anjos Henriques,

Vanessa Gaspar, Carlos Magro, Cacilda Santos, Sérgio Alves, Tiago Miguel e Mário Chambino, membros ou colaboradores da Associação de Estudos do Alto Tejo.

Os solos esqueléticos de natureza xisto-grauváquica existentes na área imediatamente adjacente ao monumento foram, no auge da produção cerealífera, utilizados directamente como eiras, depois de aplanados. Apesar da sua boa visibilidade e proximidade da povoação, não corresponde a nenhum dos três monumentos dolménicos assinalados por Vera Leisner (Leisner, 1998) a ocidente do Rosmaninhal, já mencionados por Tavares de Proença. A área envolvente é caracterizada por amplos espaços, despídos de vegetação, de relevo muito suave, possuindo o monumento a altitude de 304 m. Apesar da pequena altura do *tumulus*, que não ultrapassa 1 m, aquele possui 14 m de diâmetro, destacando-se muito bem no terreno, dadas as características deste, já mencionadas. Tal como o verificado na generalidade dos outros monumentos, a superfície conservava diversos blocos de quartzo leitoso e, em algumas zonas, observavam-se inúmeras plaquetas resultantes da fragmentação dos esteios de xisto, dos quais apenas aflorava um, na zona da câmara. Ao contrário dos monumentos anteriores, de menores dimensões e cujo desenvolvimento arquitectónico era reconhecível logo no início dos trabalhos, neste caso a dificuldade que existia na identificação dos contornos da câmara e, por acréscimo, do corredor da sepultura, obrigaram a adoptar metodologia diferente, com a abertura de sanjas segundo uma vasta quadrícula imposta previamente no terreno (Fig. 26). A execução de cortes estratigráficos verticais ao longo dos limites definidos por cada uma daquelas sanjas, e o seu posterior alargamento, permitiram conhecer o modo como se efectuou o enchimento do interior do monumento.

A escavação do *tumulus* mostrou que este era constituído essencialmente por blocos de quartzo, e, em menor número, de grauvaque, de quartzito e até de granitóides, além de dormentes de moinhos manuais, facto já anteriormente assinalado noutros monumentos megalíticos do País, ao estudar-se o peculiar menir de Cegonhas, Rosmaninhal, correspondendo ao reaproveitamento de um grande dormente de grauvaque (Cardoso *et al.*, 1995). Pode admitir-se a existência de um montículo zonado, já que, nos pontos em que a sondagem prosseguiu em profundidade, os blocos líticos eram completamente substituídos por um núcleo argiloso, muito compacto.

A escavação revelou uma câmara e um corredor bem diferenciados, correspondentes a monumento de grandes dimensões; a câmara, de planta subcircular, possui 2 m por 3 m; o corredor, alongado (com cerca de 6 m de comprimento) e estreito (não ultrapassa 1 m de largura), possui orientação

Este-Oeste (Figs. 27, 28). Apenas um esteio da câmara se encontrava completo, revelando um monumento baixo, cuja cobertura poderia ser em falsa cúpula, dado o assinalável vão que teria de ser vencido, visto não existirem possibilidades de a conseguir de outro modo, com os pequenos monólitos de xisto ou de grauvaque disponíveis; tal situação tem o seu melhor paralelo no já mencionado dólmen de Trincones I, Valencia de Alcántara, Cáceres. O corredor é também muito baixo, e encontra-se nalguns trechos evidenciado por alinhamentos de pequenas lascas e lajes de xisto, correspondentes a encostos ou à alteração de esteios entretanto arrancados, dos quais, nalguns casos, foi possível definir os alvéolos. São raros os esteios conservados, e estes sempre de pequenas dimensões.

No espólio recolhido no decurso da primeira campanha de escavações, avulta a utensilagem de pedra polida (Figs. 29, 30 e 31). Uma parte significativa dos materiais encontrava-se dispersa nas camadas superficiais da mamoa, em resultado de sucessivas violações da câmara; no chão primitivo desta, apenas se conservava, em posição ritual, um grande machado, encostado a um esteio com o gume voltado para o interior do recinto. O conjunto mais numeroso correspondia a depósito intacto, constituído por dez instrumentos de pedra polida, entre machados, enxós, e um artefacto indeterminado, situado na parte final do corredor, do lado setentrional, junto da passagem para a câmara, o qual, apesar do arranque dos esteios, não foi atingido pelos violadores. Na maioria dos casos, as peças dispunham-se perpendicularmente ao eixo do corredor e, provavelmente, foram depositadas sem cabo; é o que sugere a sobreposição de duas enxós pela superfície que estaria em contacto com aquele. No megalitismo português, conhecem-se algumas referências a depósitos rituais de machados e de enxós: além do exemplo supra referido, dos dois machados orientados para lados opostos, encostados a um dos esteios da anta 2 do Amieiro, avulta o depósito de oito artefactos polidos de anfibolito identificado na face interna da coroa de contenção periférica do *tumulus* do dólmen 1 de Moinhos de Vento, Arganil (Nunes, 1981, Est. 18 b), alguns deles ainda sob a forma de simples lingotes.

Em contrapartida, o monumento não forneceu pontas de seta – abundantes noutros da região, como a anta 2 do Couto da Espanhola (Cardoso, Caninas e Henriques, 1997a, 1997b), o que aponta para fórmulas rituais diferentes – revelando-se a cerâmica, a par de outras indústrias de pedra lascada, incluindo lascas, lâminas, lamelas e núcleos de lamelas, trapézios, e uma conta de rocha polida, também muito escassa (Fig. 32). Um elemento denticulado de foice, com o característico lustre de cereal, recolhido perto da superfície, aquando da decapagem superficial da mamoa, é inserível na Idade do Bronze e poderá corresponder, simplesmente a um achado isolado, relacionado com o cultivo

cerealífero daquelas terras, mais do que a uma reutilização funerária do monumento naquela época (Fig. 32, n.º 5).

#### 4 – DISCUSSÃO

Na vasta região da Beira Interior confinante com o Tejo, o espaço seria pontuado de forma muito evidente por sepulturas megalíticas. Com efeito, a implantação discreta dos povoados, apenas evidenciados por achados isolados de grandes dormentes de mós manuais, contrasta com a visibilidade dos sepulcros, reforçada pelo intencional revestimento de blocos de quartzo leitoso dos respectivos *tumuli*. Tal realidade exprime preceitos do foro simbólico-religioso cujo significado, a par das rochas insculturadas, também conhecidas nas imediações de alguns dos monumentos estudados, actualmente nos escapa.

As duas plataformas investigadas – os Coutos da Espanhola e do Amieiro – parecem corresponder a verdadeiros núcleos megalíticos, cuja identidade própria é conferida pelas características geomorfológicas específicas correspondentes. Trata-se de superfícies planálticas regulares, bem delimitadas topograficamente, constituídas por depósitos de cobertura terciários (arenitos grosseiros fortemente ferruginizados). As antas, quase sempre intervísíveis, distribuem-se, assim, por uma paisagem de inegável individualidade e uniformidade.

No caso da plataforma do Amieiro, os monumentos foram construídos ao longo de uma longa diacronia, talvez desde meados do IV milénio aos meados do III milénio a.C. (o derradeiro monumento corresponderá à anta 3 do Amieiro), o que sugere a frequência dos mesmos espaços sepulcrais ao longo de séculos; não será, pois, de estranhar que, ainda na Idade do Bronze, alguns deste monumentos tenham continuado a ser utilizados como espaços funerários, como é o caso da anta 2 do Amieiro, depois de, no final do Calcolítico, se terem construído as derradeiras sepulturas, a que já não se poderá dar o nome de megalíticas (caso da cista de Amieiro 2 b).

Independentemente da tipologia, trata-se de monumentos que integram invariavelmente elementos construtivos de origem local ou, no máximo, disponíveis a escassas centenas de metros: os esteios de xisto ou de grauvaque disponíveis seriam, no entanto, sempre de pequenas dimensões, raramente ultrapassando 1,0 m de comprimento. Com tais elementos, não era possível construir monumentos de grande altura como os existentes nas regiões limítrofes, o Alto Alentejo e o Norte da Beira Interior, onde ocorrem granitos. Tal facto explica a finalidade, exclusivamente ritual, dos corredores de alguns dos monumentos escavados, tal é a sua pequena altura e largura: a circulação ao longo deles seria impraticável, para mais com a dificuldade acrescida de transportar os corpos daqueles cuja

deposição se efectuaria preferencialmente nas câmaras de tais monumentos. É o caso das antas 2 do Amieiro e 1 do Poço do Chibo.

Seria muito mais fácil aceder directamente às câmaras tumulares através da cobertura, que era removida na altura de cada nova tumulação. Esta operação, no caso presente, encontra-se creditada pela ausência de grandes lajes de cobertura – das quais não se encontraram em nenhum caso vestígios. A cobertura, na maioria dos casos, seria assegurada com madeiramentos, cobertos por ramagens e pedras, fáceis de remover embora, pelo menos em um caso, tenha sido muito provavelmente a falsa cúpula a solução adoptada (anta 3 do Amieiro), a que se poderá acrescentar a anta do Cabeço da Forca, à semelhança de alguns dólmenes da Extremadura espanhola, já atrás mencionados. A ser assim, é a primeira vez que na região a norte do Tejo, exceptuando a respectiva faixa litoral, se encontra registada tal técnica construtiva: a sepultura de falsa cúpula mais setentrional até ao presente seguramente encontrada é a de Pai Mogo, a Norte de Lourinhã, exceptuando ocorrência discutível na Serra da Boa Viagem (Figueira da Foz).

Do ponto de vista tipológico, os monumentos megalíticos ora estudados distribuem-se pelos seguintes grupos, correspondentes, sem excepção a estruturas sob tumuli baixos, de enrocamento homogéneo ou zonado de blocos (*cairns*):

- recintos proto-megalíticos fechados, de pequenas dimensões, de planta elipsoidal: apenas representados na vizinha plataforma do Couto da Espanhola, pela anta 6 ali identificada;
- antas sem corredor, abertas, em forma de “ferradura”: antas 5 a e 8 do Amieiro;
- antas de câmara poligonal, sem corredor, abertas ou mais provavelmente fechadas: anta 1 do Amieiro;
- grandes antas de câmara com oito ou mais ortóstatos, de contorno sub-circular, com provável cobertura em falsa cúpula e corredores longos e bem diferenciados: anta 3 do Amieiro e anta do Cabeço da Forca;
- antas de câmara sub-circular a poligonal e corredores longos e bem diferenciados, de pequeno tamanho: anta 1 do Poço do Chibo e anta 2 do Amieiro;
- cistas secundárias, de contorno sub-trapezoidal e individuais: cista 5b do Amieiro.

Já numa época muito posterior, da Idade do Bronze Pleno/Final, se situará a mamoa 9 do Amieiro; a ser assim, trata-se de uma extensão meridional da tradição funerária e ritual bem representada pelas numerosas mamoas da Beira Alta, por vezes organizadas em núcleos.

Sublinha-se, de novo, a existência de corredores longos e bem diferenciados em antas de pequenas dimensões; esta realidade é indício de uma tradição arquitectónica sem que, no entanto, tivesse carácter funcional, pois o pequeno tamanho dos corredores inviabilizaria a sua utilização como tal.

A orientação dos sepulcros estudados, é variável:

Para Este: Anta do Cabeço da Força; Amieiro 8

Para És-sudeste: Amieiro 3, Amieiro 5 e Poço do Chibo.

O padrão dominante afasta-se do anteriormente observado na anta 2 do Couto da Espanhola, orientada para SE, mas aproxima-se do referido por Georg e Vera Leisner (1951) para as antas do concelho de Reguengos de Monsaraz (resultados inventariados por Gonçalves, 1992, p. 40). Com efeito, das 69 antas cuja orientação foi registada, 35 tinham o corredor com azimutes entre 100° e 110°, logo seguidos do grupo com corredores orientados para SE (10 casos) ou seja, voltados para o nascer do Sol, de onde vem a luz, e a vida, assim diariamente reafirmada.

Citando V. Gonçalves (Gonçalves, 1992, p. 51) que abordou o tema a propósito das antas de Reguengos de Monsaraz: "A morte e o nascimento, as Trevas e a Luz. Será com estes opostos que a orientação das antas do concelho de Reguengos de Monsaraz, como a de muitas centenas de outras antas, tem a ver? Uma esperança de retorno ou o simples virar costas à Vida/Luz, na inevitável viagem para a Morte e para as Trevas?"

Outros aspectos arquitectónicos são também dignos de destaque: na anta 3 do Amieiro, identificou-se átrio aberto, antecedendo o corredor, e, no fundo da câmara, sobre o chão primitivo do monumento, um empedrado sub-circular que corresponde a estrutura de combustão. Aliás, a prática de fogos, rituais ou de higienização (situações que não são incompatíveis), encontra-se documentada também no pequeno sepulcro de Amieiro 8, não remexido, onde se recolheram carvões e uma ponta de seta de base côncava com fracturas térmicas.

Às práticas rituais pode ainda associar-se a ocorrência de elementos de moagem, fora de uso, como elementos constituintes dos *tumuli* de diversos monumentos, como a anta do Cabeço da Força, bem como a dispersão de espólio nos montículos funerários, que dificilmente se podem relacionar, em certos casos (anta 8 do Amieiro), com violações anteriores.

Enfim, sublinha-se a existência de estela-menir encontrada *in situ* no interior da pequena câmara da anta 8 do Amieiro, a qual possui paralelos em monumentos da vizinha província da Extremadura espanhola, de tipologia muito diversa: câmaras fechadas de planta elipsoidal e monumentos tardios, de corredores bem

diferenciados. Com efeito, no caso presente, apesar de se tratar de um pequeno sepulcro, sem corredor, de planta em “ferradura” e, deste modo, ser conotável com fase precoce do megalitismo – recorde-se que, na região de Pavia, as antas com tal arquitectura foram recentemente consideradas mais antigas que as maiores e munidas de corredor (Rocha, 1999) – o facto de nela ocorrer uma ponta de seta de base côncava, somada à sua utilização limitada no tempo, resumindo-se a uma ou duas tumulações, coloca a respectiva cronologia, pelo menos, no Neolítico Final. Esta situação conduz a um dos aspectos mais discutidos do megalitismo que é o da respectiva coexistência, no espaço e no tempo, de diversas soluções arquitectónicas.

##### 5 – PARA UMA PERIODIZAÇÃO DO MEGALITISMO REGIONAL

Anteriormente, os signatários tinham admitido, com base na escavação de dois monumentos criteriosamente seleccionados pelas suas evidentes diferenças, apesar da proximidade – as antas 2 e 6 da plataforma do Couto da Espanhola – a existência de duas etapas bem diferenciadas nas manifestações megalíticas funerárias do sul da Beira Interior (Cardoso, Caninas e Henriques, 2000): a mais antiga, remontaria aos primórdios do megalitismo regional, situável no Neolítico Antigo e ainda na primeira metade do V milénio a.C., sendo a mais moderna reportável ao apogeu do megalitismo, verificável nos finais do milénio seguinte.

Com efeito, o único monumento megalítico de planta fechada de contorno elipsoidal (anta 6 do Couto da Espanhola) até agora escavado na região, possui também o único espólio reconhecidamente primitivo, de entre os recuperados: trata-se de conjunto sem placas de xisto nem pontas de seta, resumindo-se a micrólitos, lâminas e lamelas não retocadas, e machados de pedra polida; a cerâmica, talvez por questões rituais, não fazia parte do conjunto funerário mais antigo, situação que tem paralelos em monumentos do Norte e do Sul do País.

Quanto à indústria lítica, a associação de pequenos micrólitos, especialmente o crescente com retoque abrupto, a lâminas e lamelas não retocadas foi assinalada por Manuel Heleno em pequenas antas fechadas, pouco altas, construídas de lajes e de blocos toscos, do limite ocidental da peneplanície alentejana (região de Montemor-o-Novo). Aquele arqueólogo, que ali escavou mais de 300 sepulcros megalíticos, considerou como mais antigos os monumentos sem corredor com espólio arcaico, incluindo machados polidos só no gume, micrólitos e cerâmica grosseira (Moita, 1966).

Um dos sepulcros do Alentejo ocidental atribuíveis a esta fase primitiva é o de Azinhal 3, Coruche. Trata-se de pequeno monumento fechado, que continha apenas alguns micrólitos trapezoidais, dois raspadores semi-circulares, duas

pequenas lâminas e um machado cilíndrico grosseiro (Leisner, 1983, p. 11). A planta, as dimensões e o espólio deste pequeno monumento, aproximam-no singularmente da primeira e da segunda fase de utilização da anta 6 do Couto da Espanhola.

Já no litoral alentejano, o pequeno monumento megalítico do Marco Branco atribuído à fase mais antiga do megalitismo da região – que corresponde ao Neolítico Médio, primeira metade do 4º milénio a. C. (Silva e Soares, 1983; Silva, 1997) – é caracterizado, igualmente, por uma câmara fechada de planta elipsoidal onde se terão efectuado até três deposições funerárias. Do espólio, encontra-se igualmente ausente a cerâmica, sendo exclusivas as indústrias microlíticas sem pontas de seta.

Na região de Reguengos de Monsaraz, apenas a anta 1 do Poço da Gateira se encontrava aproximadamente intacta, de entre os monumentos reportáveis à fase mais antiga das manifestações megalíticas ali presentes (Leisner e Leisner, 1951). Trata-se de monumento considerado por eles como “neolítico”, situável ainda na 1ª metade, ou nos meados do V milénio a.C. (Gonçalves, 1992, p. 7; Gonçalves, 1994, p. 118), com corredor curto. Do espólio, com abundantes vasos cerâmicos, machados e enxós de pedra polida, encontravam-se totalmente ausentes placas de xisto e pontas de seta, estas substituídas por pequenos micrólitos, como nos monumentos anteriormente referidos, ainda que este possa ser mais um pouco mais recente do que aqueles.

Voltando-nos para o Norte de Portugal, verifica-se que a anta 6 do Couto da Espanhola tem equivalentes em monumentos atribuídos à fase mais antiga do megalitismo da Serra da Aboboreira, representada por “dolmenes simples, de câmara poligonal, provavelmente fechados e com *tumulus* de dimensões medianas” (Cruz, 1992, p. 97). Tal fase arcaica, cronologicamente situada entre 4500 e 3700 a.C. seria caracterizada, do ponto de vista artefactual, pela presença de micrólitos trapezoidais e crescentes, lâminas e lamelas de sílex e artefactos de pedra polida, exactamente o tipo de espólio encontrado no monumento em apreço.

Também na zona norte da Beira Interior foi isolado um momento inicial do megalitismo – o Horizonte Carapito/Pramelas (Senna-Martinez, 1994) situável na 1ª metade do IV milénio a. C. – caracterizado por monumentos de câmara poligonal aberta sem corredor (Carapito) ou com corredor curto (Pramelas), cujo conteúdo artefactual se afigura semelhante ao dos monumentos mais antigos do centro e sul de Portugal: geométricos, lâminas e lamelas sem retoque, ou com retoque pouco extenso, machados e enxós. A ausência de cerâmica nesta fase deve-se certamente a questões de ordem ritual, e tem, com as devidas reservas,

paralelo na fase mais antiga da anta 6 do Couto da Espanhola (Cardoso, Caninas e Henriques, 1995). É de salientar, tal como nesta última, a ausência de pontas de seta, as quais só surgem na etapa cultural seguinte, o Horizonte de Moinhos de Vento/Ameal, atribuído ao Neolítico Final/Calcolítico.

Do ponto de vista cultural, a primeira fase do megalitismo do sul da Beira Interior remontaria aos finais do Neolítico Antigo, tal como na região da serra da Aboboreira, Amarante, ou no sul do País. Significa isto que o fenómeno megalítico, tanto quanto se pode afirmar no estádio actual dos nossos conhecimentos, terá origem sincrónica em diversos pontos do País, encontrando-se representado por monumentos de arquitectura e espólios comparáveis. Estaríamos, pois, na situação descrita por Gonçalves (1992, p. 173), segundo a qual o megalitismo seria a expressão própria de grupos humanos em estádios idênticos de desenvolvimento.

A fase mais recente do megalitismo do Sul da Beira Interior corresponderia ao desabrochar de um polimorfismo arquitectónico, representado por antas de grandes dimensões, corredor muito longo e câmara poligonal – anta 2 do Couto da Espanhola – ou de planta arredondada ou elipsoidal, evocando as das *tholoi* – e, tal como estas com cobertura em falsa cúpula. É o caso da anta 3 do Amieiro e talvez da anta do Cabeço da Forca; pequenas antas de corredor longo – anta 2 do Amieiro e anta do Poço do Chibo e câmara poligonal ou arredondada; e finalmente, antas de câmara em ferradura, e sem corredor – antas 5a e 8 do Amieiro.

O aumento do tamanho dos monumentos, transformados deste modo em verdadeiras sepulturas colectivas estará directamente relacionado com o aumento demográfico da população, embora ainda não estabilizada em torno de povoados grandes e permanentes, à semelhança do que se verificou no Alto Alentejo, na região de Reguengos de Monsaraz (Silva & Soares, 1992; Silva, 1997; Gonçalves e Sousa, 1997). Os maiores desses monumentos denunciam, de qualquer modo, também na região em apreço, a plena afirmação de uma economia agro-pastoril por parte de populações em fase de sedentarização acentuada. Mas trata-se de uma evolução não linear, visto continuarem a construir-se alguns pequenos monumentos, como os publicados neste estudo, coevos dos grandes monumentos que então surgem pela primeira vez, de acordo com o admitido por outros, tanto no concernente às regiões limítrofes da estudada (Oliveira, 1998; Bueno Ramírez, 1994), como para a área nortenha do País (Jorge, 1999; Jorge, 2002).

Na anta 2 do Couto da Espanhola, monumento de assinaláveis dimensões, que poderia receber facilmente mais de uma dezena de tumulações, o espólio afigura-se rico e abundante; ali se recolheram 2 grandes lâminas de sílex e 25

pontas de seta, a par de fragmento de placa de xisto de tipo alentejano. Curiosamente, nos outros dois grandes monumentos, tal realidade não se observa, o que revela bem a extrema variabilidade dos rituais funerários adoptados tanto na segunda metade do IV milénio a.C., como na primeira metade do milénio seguinte. Com efeito, na anta do Cabeço da Forca, não se encontrou qualquer ponta de seta, mas identificou-se um curioso depósito ritual de machados e enxós de pedra polida, originalmente não encabados, enquanto que a anta 3 do Amieiro, apesar das suas dimensões, não forneceu qualquer espólio coevo da construção e primeira ocupação.

Inversamente, as pequenas antas de planta em “ferradura” – antas 5a e 8 do Amieiro – e que poderiam receber, no máximo, duas a três tumulações, revelam espólios do Neolítico Final ou mesmo já calcolíticos, com ponta de seta de base côncava e placas de xisto decoradas, de que se recolheu soberbo exemplar, de filiação indiscutivelmente alentejana, no primeiro daqueles monumentos, associado a uma grande lâmina de sílex, que igualmente remete para aquela fase cultural.

Quanto às pequenas antas de câmara e corredor bem diferenciados – anta 2 do Amieiro e anta 1 do Poço do Chibo – coevas dos grandes monumentos do mesmo tipo arquitectónico, mas que poderiam apenas receber uma ou duas tumulações, são outra das interessantes expressões do fenómeno megalítico, ao reproduzirem, em ponto por vezes miniatural, os grandes monumentos de câmara diferenciada e corredores longos, do apogeu do megalitismo. Claro que as imposições da matéria-prima disponível introduziram importantes limitações no tamanho dos monumentos; mas, a sua tipologia é independente de tais limitações como se demonstrou na região em apreço: uma anta de corredor longo e câmara poligonal poderia ser feita tanto com pequenos ortóstatos de xisto – neste caso nunca ultrapassando 1,5 m de altura – como com grandes lajes graníticas, podendo neste caso atingir vários metros de altura. No entanto, isso não explica, por si só, a contemporaneidade admitida por Jorge Oliveira entre as pequenas câmaras de xisto fechadas da foz do Sever e os grandes monumentos megalíticos graníticos, com câmara e corredor, da orla da serra de São Mamede (Oliveira, 1998), por serem diametralmente distintas as realidades sociais expressas por ambas as arquitecturas.

A variedade de pontas de seta recolhidas na anta 2 do Couto da Espanhola – em tudo semelhantes às recolhidas em numerosos sepulcros colectivos do Neolítico Final da fachada ocidental, como as grutas da Senhora da Luz, Rio Maior (Cardoso, Ferreira e Carreira, 1996) e a presença de lâminas de grandes dimensões de sílex castanho-acinzentado, de origem provavelmente estremenha, deixa transparecer a existência de comércio transregional de matérias-primas do

litoral para o interior e vice-versa, ao longo do vale do Tejo e dos seus afluentes da margem direita. Ao longo destas vias naturais de circulação efectuava-se a permuta do sílex, abundante na Estremadura, já manufacturado em diversos artefactos, por lingotes pré-formatados de anfibolito, rocha frequente na Beira Interior mas inexistente na Estremadura (Senna-Martinez, 1994, Cardoso, Caninas & Henriques, 2000; Cardoso, 2002). Assim se assegurava o abastecimento das centenas de povoados ali existentes, no decurso de largo lapso de tempo desde o Neolítico Final e ao longo de todo o Calcolítico (Cardoso e Carvalhosa 1995; Cardoso, 1999/2000), em paralelo com os anfibolitos que, na mesma época, eram importados do Alto-Alentejo.

As relações Sul-Norte encontram-se denunciadas, por seu turno, pela existência da já aludida placa de xisto, de fabrico alentejano na anta 5 do Amieiro, decorada pelo motivo muito frequente, tanto no Alto Alentejo como na Estremadura portuguesa, de alinhamentos de triângulos, preenchidos interiormente por reticulados oblíquos. Trata-se de um dos exemplares mais setentrionais deste tipo de placas.

Este segundo momento do megalitismo regional corresponde, pois, ao aumento da interacção cultural inter-regional, resultante da intensificação económica observada a partir do Neolítico final, época a que podemos reportar o início da construção destes monumentos, que se prolongou na região até à primeira metade do III milénio a.C.

Tal cronologia, aparentemente muito baixa, não é insólita, encontrando-se mesmo sublinhada pela conhecida longevidade de utilização dos monumentos megalíticos, a qual se encontra expressa de forma evidente pelos materiais da Idade do Bronze achados nos níveis superficiais da anta 2 do Couto da Espanhola, como já anteriormente fora assinalado pelos autores (Cardoso, Caninas e Henriques, 1997 b) e na anta 2 do Amieiro, a que se soma a ponta Palmela recolhida em nível alto da câmara da anta 3 do Amieiro, indicando a sua reutilização no decurso do final do Calcolítico; tais monumentos constituíam verdadeiros marcos culturais na paisagem, que pontuavam de forma evidente, desde a época em que foram feitos, condicionando a escolha do local de construção dos monumentos mais recentes. A reutilização de monumentos megalíticos de corredor do norte da Beira Interior na Idade do Bronze é frequente e encontra-se documentada, entre muitos outros casos, no expressivo conjunto cerâmico recolhido no dólmen 3 de Carapito, Aguiar da Beira (Leisner e Ribeiro, 1968).

É à luz desta realidade que se deverá interpretar a construção de pequena cista de época campaniforme na periferia do *tumulus* da anta 5a do Amieiro (Amieiro 5b). O paralelo mais próximo que registámos é o da anta tardia de La Ermitia

de Galisancho, Salamanca, cujo *tumulus* foi intensamente utilizado como local de enterramentos individuais campaniformes; os numerosos vasos campaniformes incisos, muitos deles completos, expostos no Museu de Salamanca integram-se bem no Grupo de Ciempozuelos sendo neles frequente a técnica de decoração pseudo-excisa, patente no pequeno fragmento recuperado na cista 5b do Amieiro (Delibes de Castro e Santonja, 1987). Estaríamos, então, já numa fase pós-megalítica, a qual, na região, assume evidentes laços culturais meseténhos, facto que é explicado pela sua própria posição geográfica, constituindo verdadeiro ponto nodal onde se cruzaram, no final da Pré-história, múltiplas interacções transregionais: desde os domínios montanhosos da Beira Alta face à peneplanície alto-alentejana e das terras atlânticas litorais às culturas desenvolvidas na interioridade meseténha. É, pois, para a caracterização dessa rica realidade cultural, entre o V e o III milénios a.C., directamente decorrente da posição geográfica ocupada pela região no contexto geográfico do ocidente peninsular, que deverão ser orientadas as futuras investigações.

Em resumo: da análise conjunta das tipologias arquitectónicas identificadas e dos espólios correspondentes, resultou a seguinte proposta de evolução do megalitismo da região, a qual, no estado actual da investigação, se apresenta do seguinte modo:

Fase 1 – Câmaras simples, fechadas, proto-megalíticas, desprovidas de espólio ou com espólio arcaico, do V milénio a.C.

Fase 2 – Câmaras simples, com planta em ferradura, abertas mas desprovidas de corredor, com espólio dos meados do IV a inícios do III milénio a.C.

Fase 3 – Dólmenes com câmara e corredor bem diferenciados, de dimensões muito variáveis, contemporâneos dos anteriores.

Fase 4 – Dólmenes com cobertura em falsa cúpula, de grandes dimensões, do III milénio a.C.

Fase 5 – Pequenas cistas sub-trapezoidais, da 2ª. metade do III milénio a.C.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F.; FERREIRA, O. da V. (1958) – Duas sepulturas megalíticas dos arredores de Idanha-a-Velha. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 68:3-4, p. 317-322.
- ALMEIDA, F.; FERREIRA, O. da V. (1959) – Sepulturas megalíticas dos arredores de Idanha-a-Velha. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. 1, p. 225-230. Actas e Memórias do 1º Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958).
- ALMEIDA, F.; FERREIRA, O. da V. (1971) – Um monumento pré-histórico na Granja de São Pedro (Idanha-a-Velha). Coimbra: Junta Nacional da Educação. Vol. 1, p. 163-168. Actas do 2º Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970).
- BUENO RAMIREZ, P., (1994) – La necropolis de Santiago de Alcántara (Caceres). Una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 60, p. 25-100.
- BUENO RAMÍREZ, P. (2000) – El espacio de la muerte en los grupos neolíticos y calcolíticos de la Extremadura española: las arquitecturas megalíticas. *Extremadura Arqueológica*. Mérida. 8, p. 35-80.
- BUENO RAMÍREZ, P. [et al.] (1999) – *El dolmen de Navalcán. El poblamiento megalítico en el Guadyerbas*. Toledo: Diputación Provincial de Toledo.
- BUENO RAMÍREZ, P. [et al.] (2000) – Dólmenes en Alcántara (Cáceres). Un proyecto de consolidación e información arqueológica en las comarcas extremeñas del Tajo. Balance de las campañas de 1997 y 1998. *Extremadura Arqueológica*. Mérida. 8, p. 129-168.
- CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1995) – Exemplos de Destruição do Património Arqueológico no Sul da Beira Interior. *Al-Madan*. Almada. Série II, 4, p. 115-118.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (2001) – Contributos recentes para o conhecimento da Pré-História recente do sul da Beira interior. *Discursos*. Lisboa. Série III, 3, p. 47-60.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análises de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1995) – A Anta 6 do Couto da Espanhola (Idanha-a-Nova). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 3, p. 19-37.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1997a) – Contributos para o conhecimento do megalitismo na Beira Interior (Portugal): a região do Tejo Internacional. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques. Vol. 2, p. 207-215. Actas II Congreso de Arqueologia Peninsular (Zamora, 1996).
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1997b) – A anta 2 do Couto da Espanhola (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 5, p. 9-28.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (2000) – Arquitectura, espólios e rituais funerários de dois monumentos megalíticos da Beira interior: estudo comparado. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 195-214.

- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V.; CARREIRA, J. R. (1996) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 195-256.
- CARDOSO, J. L.; GOMES, M. V.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1995) – O menir de Cegonhas (Idanha-a-Nova), *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 3, p. 5-17.
- CARRASCO MARTÍN, M. J. (2000) – El sepulcro megalítico de la Granja del Toriñuelo. Jerez de los Caballeros (Badajoz). *Extremadura Arqueológica*. Mérida. 8, p. 291-324.
- COELHO, J. (1925) – *A necrópole do Paranhos*. Viseu: Tipografia Popular.
- CRUZ, D. J. (1992) – *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal (serra da Aboboreira)*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Conímbriga; Anexos 1).
- CRUZ, D. J. [et al.] (1998) – O grupo de tumuli “da Casinha Derribada” (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5. *Conímbriga*. Coimbra. 37, p.5-76.
- DELIBES DE CASTRO, G.; SANTONJA, M. (1987) – Sobre la supuesta dualidad Megalitismo/Campaniforme en la Meseta Superior española. In WALDREN, W. H.; KENNARD, R. C., eds. – *Bell Beakers of the western Mediterranean. Definition, interpretation, theory and new site data. The Oxford International Conference (1986)*. Oxford: B. A. R. p. 173-206. (BAR International Series; 331 i).
- FERREIRA, O. V. [et al.] (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès de Montum (Melides). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Reverendo as Antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: INIC. (Cadernos da Uniarq; 2).
- GONÇALVES, V. S. (1994) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 2, p. 115-135.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz territórios megalíticos*. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (1997) – A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no ocidente peninsular. In RODRÍGUEZ CASAL A., ed. - *O Neolítico atlântico e as ovelhas do megalitismo*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela. p. 609-634.
- GÓNGORA Y MARTÍNEZ, M. (1868) – *Antigüedades prehistóricas de Andalucía*. Madrid: Imprenta C. Moro.
- HENRIQUES, F.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, J.L. (1999) – Arqueologia no Alto Tejo. Balanço de 30 anos de investigação. *História*. Lisboa. Nova série, 18, p. 68-74.
- HENRIQUES, F.; CANINAS, J. C.; CHAMBINO, M. (1993) – *Carta arqueológica do Tejo Internacional. 3 (Idanha-a-Nova)*. Vila Velha de Ródão: Associação de Estudos do Alto Tejo.
- HENRIQUES, F.; CANINAS, J. C.; CHAMBINO, M. (1995 a) – *Carta Arqueológica do Tejo Internacional (Castelo Branco)*. Vila Velha de Ródão: Associação de Estudos do Alto Tejo. Vol. 2.
- HENRIQUES, F.; CANINAS, J. C.; CHAMBINO, M. (1995b) – Rochas com covinhas na região do Alto Tejo português. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 4, p. 191-202.

- JORGE, S. O. (1999) – *Domesticar a terra*. Lisboa: Gradiva.
- JORGE, V. O. (1990) – Les monuments mégalithiques do nord du Portugal. *Madriider Forschungen*. Berlin. 16, p. 35-53.
- JORGE, V. O. (2002) – Arqueologia dos monumentos da Pré-História recente – algumas sugestões interpretativas. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. Série I, 1, p. 13-26.
- KALB, P. (1990) – Megalithgräber zwischen Tejo und Douro. Berlin. *Madriider Forschungen*. Berlin. 16, p. 19-33.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1980) – Ausgrabungen in der Grabhügelnekropole “Fonte da Malga” (Viseu, Portugal). *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 20, p. 593-604.
- LEISNER, G. (1940) – O dólmen de falsa cúpula de Vale-de-Rodrigo. *Biblos*. Coimbra, 20, p. 23-53.
- LEISNER, G. (1949) – *Antas dos arredores de Évora*. Évora: Edições Nazareth.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, V. (1983) – As diferentes fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia*. Porto. 7, p. 7-15.
- LEISNER, V.; RIBEIRO, O. (1968) – Die dolmen von Carapito. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 9, p. 11-62.
- LEISNER, V. (1998) – *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madriider Forschungen; Band 1, Teil 4).
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1956) – Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. *Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madriider Forschungen; Band 1).
- MYLONAS, G. E. (1948) – Homeric and Micenean burial customs. *American Journal of Archaeology*. 52 :1, p. 56-81.
- MOITA, I. (1966) – Características predominantes do grupo dolménico da beira Alta. *Ethnos*. Lisboa. 5, p. 189-298.
- NUNES, J. C. (1981) – *Introdução ao estudo da cultura megalítica no curso inferior do Alva*. Semide: Assembleia Distrital de Coimbra.
- OLIVEIRA, J. T. (1992) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/200 000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever*. Lisboa: Colibri.
- PEREIRA, F. A. (1934) – *Estudos diversos (Arqueologia, História, Arte, Etnografia)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PROENÇA JR., F. T. (1909) – *Anta da Urgueira (Beira-Baixa)*. Leiria: Typ. Leiriense.
- PROENÇA JR., F. T. (1910) – *Archeologia do districto de Castello Branco. Contribuição para o seu estudo*. Leiria: Typ. Leiriense.
- ROCHA, A. S. (1895) – *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Terceira parte.
- ROCHA, A. S. (1900) – *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Quarta parte.
- ROCHA, L. (1999) – Aspectos do megalitismo da área de Pavia, Mora (Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 1, p. 71-94.

- SANTOS, M. F.; FERREIRA, O. V. (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 37-62.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81: 3-4, p. 189-215.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) – Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 173-200.
- SERRÃO, E. C.; MARQUES, G. (1971) – Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo. Coimbra: Junta Nacional de Educação. Vol. 1, p. 121-142. Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970).
- SILVA, C. T. (1997) – O Neolítico Antigo e a origem do megalitismo no sul de Portugal. In RODRÍGUEZ CASAL, A. ed. - *O Neolítico atlântico e as orixes do megalitismo*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela. p. 575-585.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral. A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 63-87.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 37-88.

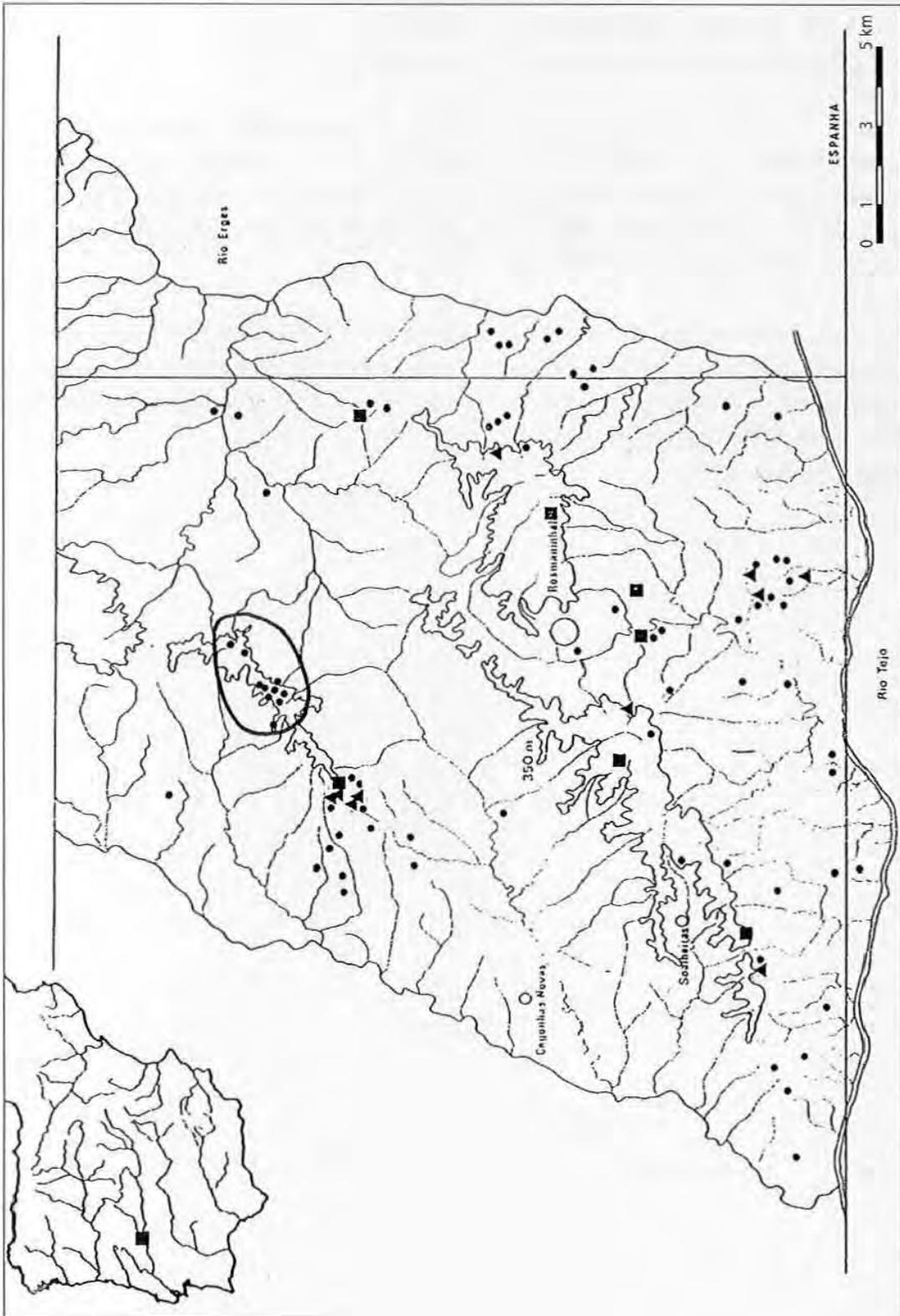


Fig. 1 — A região do Tejo internacional com implantação dos monumentos e sítios atribuídos ao Neolítico e Calcolítico: círculos, antas e mamoaos; quadrados, vestígios de povoamento disperso; triângulos, recintos megalíticos, menires e rochas com covinhas. Seg. CARDOSO, CANINAS e HENRIQUES, 2000. A linha fechada indica o núcleo megalítico implantado na plataforma do Amieiro, objecto do presente trabalho.

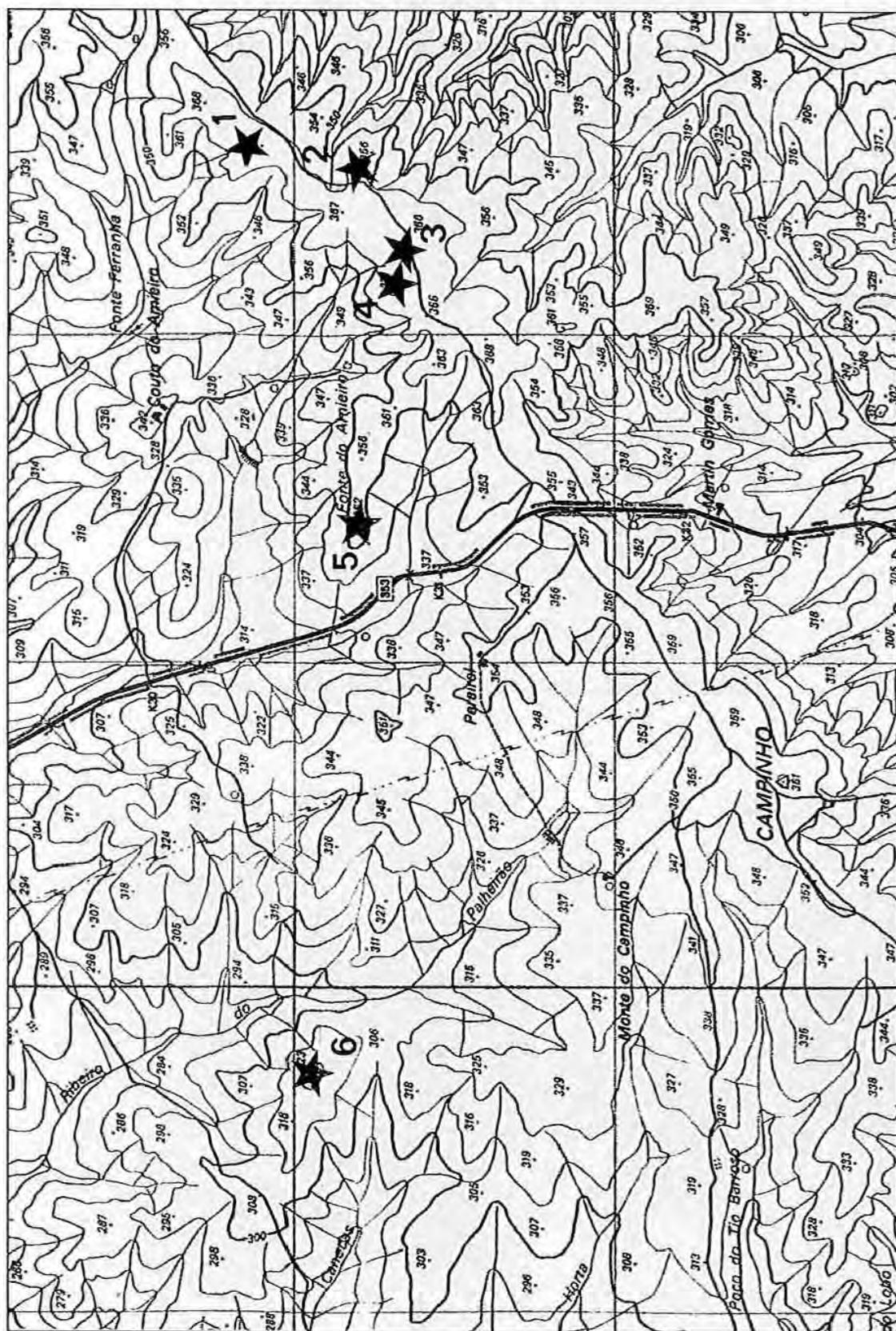


Fig. 2 – Localização das antas escavadas na plataforma do Amieiro na Carta Militar de Portugal na escala de 1/25 000, folha 294. Cada lado da quadrícula corresponde a 1 km. 1 – Amieiro 5; 2 – Amieiro 8; 3 – Amieiro 3; 4 – Amieiro 2; 5 – Amieiro 1; 6 – Amieiro 9.



Fig. 3 – Anta 2 do Amieiro: vista axial do monumento, no final das escavações.

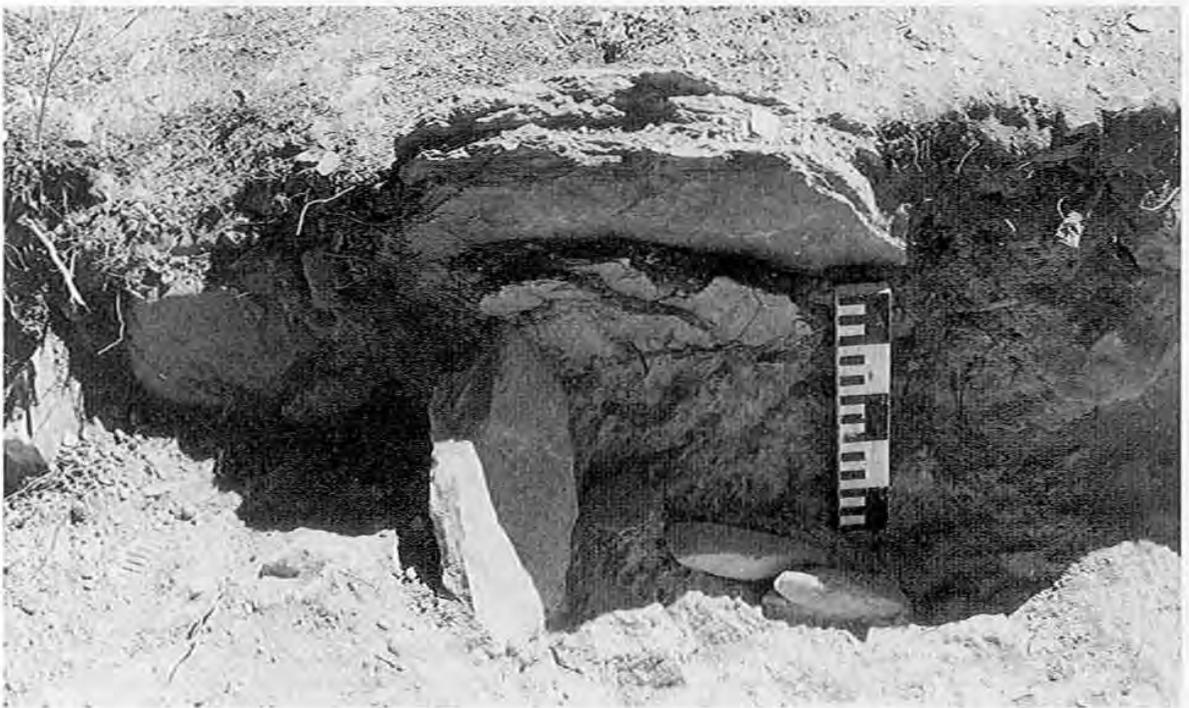


Fig. 4 – Anta 2 do Amieiro: pormenor da parte média do corredor observando-se, na base de um dos esteios do lado esquerdo da entrada, dois machados, orientados para lados opostos, depositados ritualmente.

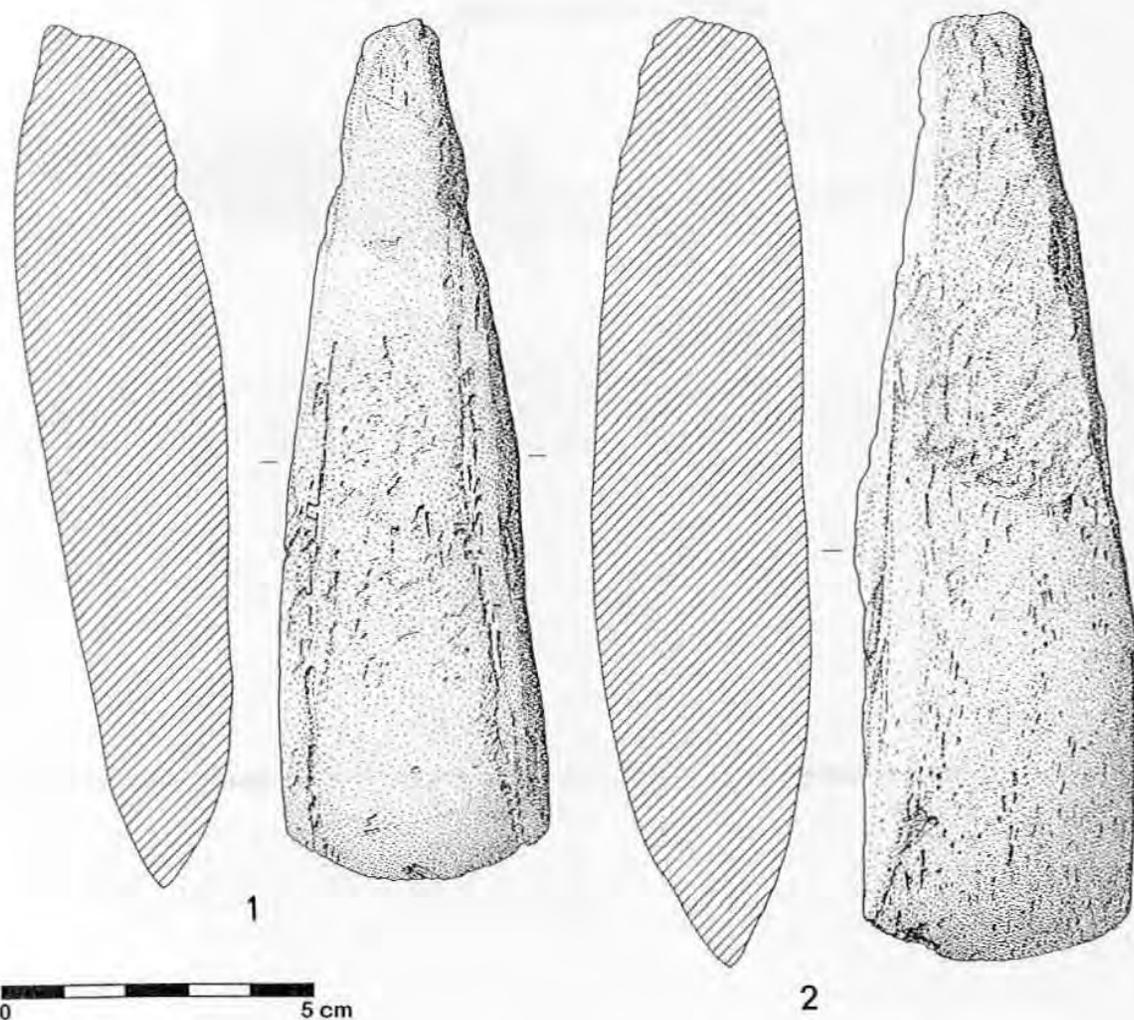
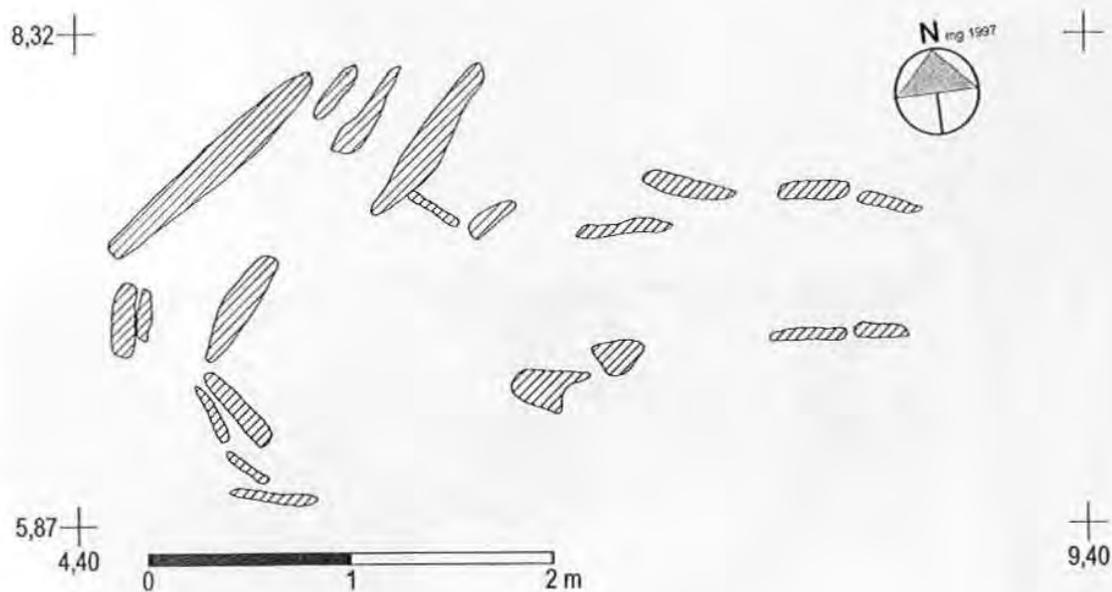


Fig. 5 – Anta 2 do Amieiro: em cima, planta do recinto ortostático; em baixo, dois machados, com o gume intacto, recolhidos junto à base do segundo esteio do lado esquerdo da entrada (ver Fig. 4).

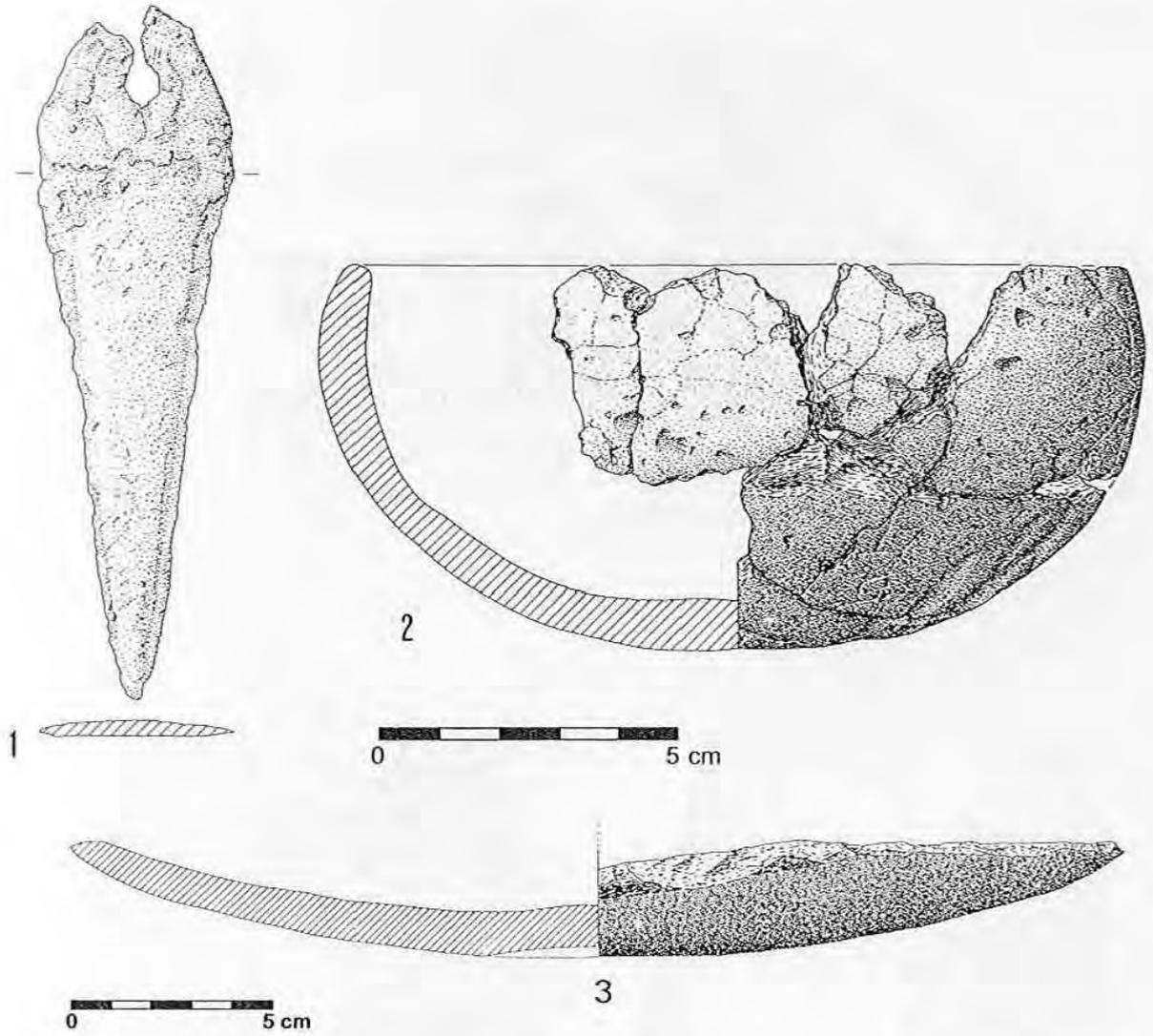


Fig. 6 – Anta 2 do Amieiro: 1, punhal de cobre, com encabamento rebitado, do Bronze Pleno, recolhido em parte alta do enchimento da câmara; 2, esférico baixo, recolhido na parte mais funda da câmara; 3, fragmento de grande prato, com *omphalus*, talvez de época campaniforme, recolhido na câmara, documentando, com o punhal, a reutilização tardia do monumento.



Fig. 7 – Anta 3 do Amieiro: vista geral da câmara com empedrado, de contorno sub-circular, sobre o chão primitivo do recinto e junto da cabeceira.



Fig. 8 – Anta 3 do Amieiro: vista axial tomada da entrada do monumento. Em primeiro plano, átrio a céu aberto, dando passagem ao corredor, selado por diversas lages colocadas transversalmente, em segundo plano. Em último plano, a câmara do monumento.

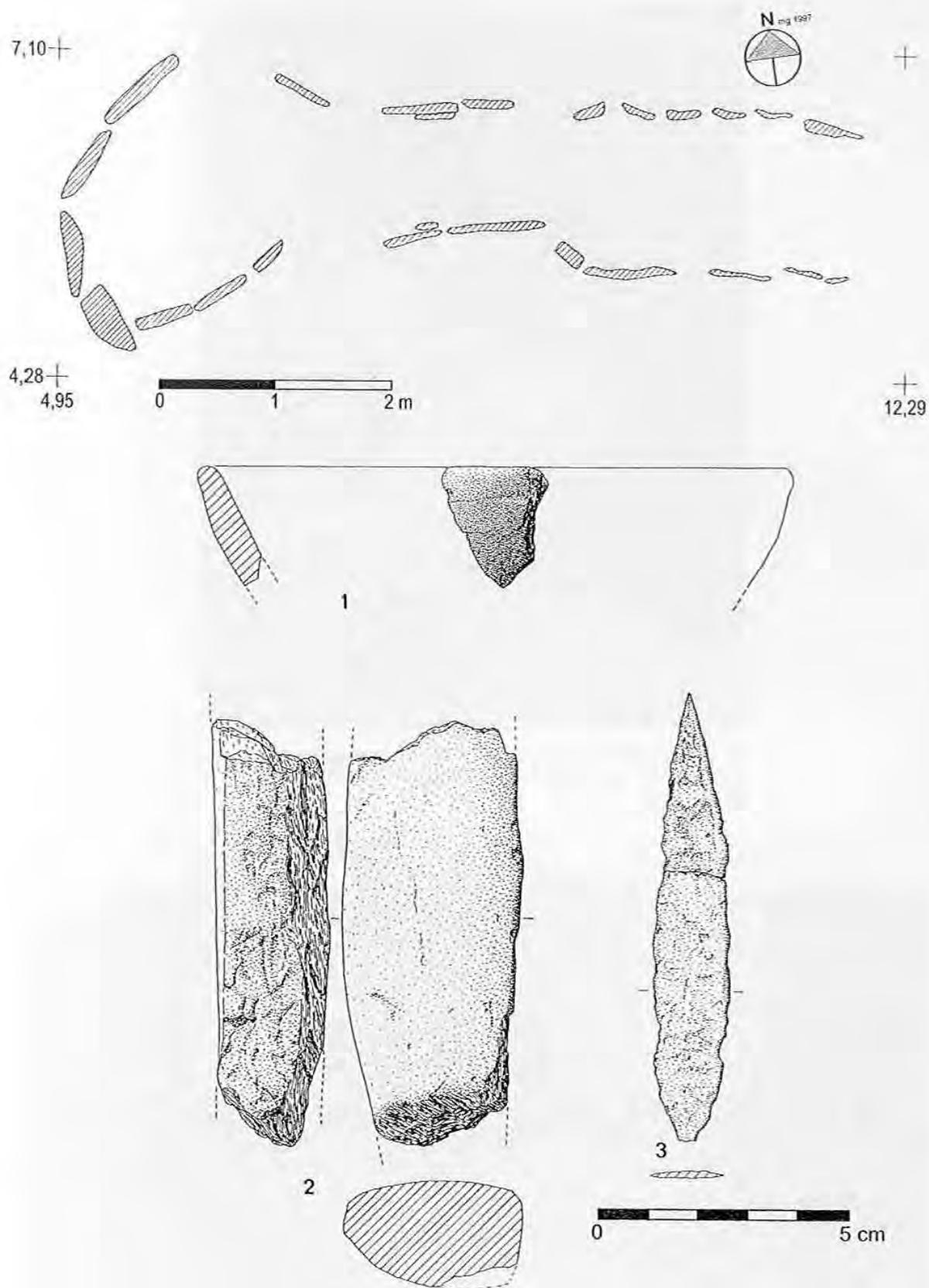


Fig. 9 – Anta 3 do Amieiro: em cima, planta do recinto ortostático, evidenciando-se a câmara, o corredor e o átrio exterior; em baixo, espólio recolhido no seu interior e na área do *tumulus*. 1, fragmento de taça em calote; 2, fragmento de artefacto de pedra polida; 3, ponta Palmela, variante estreita e esguia.

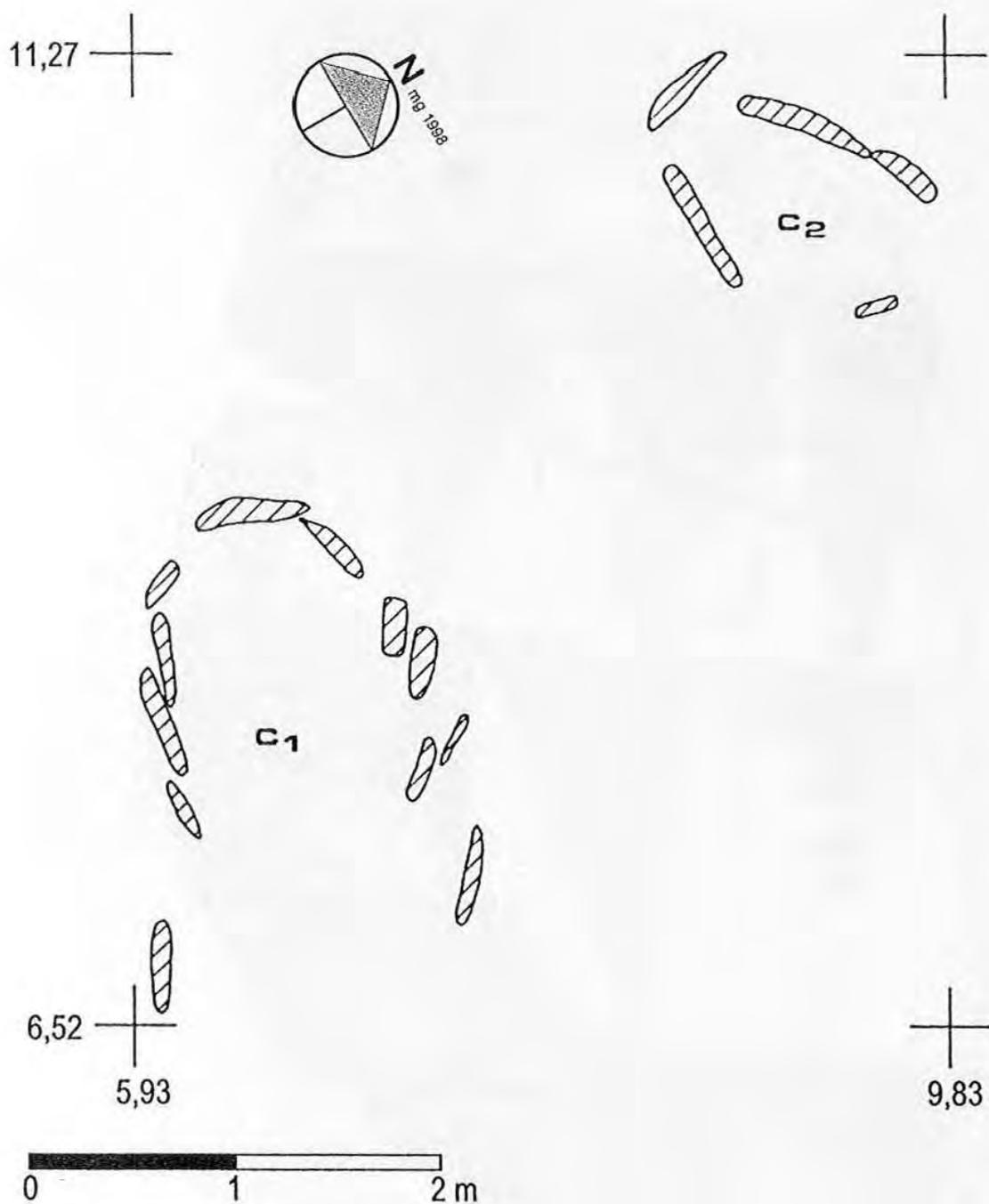


Fig. 10 – Anta 5 do Amieiro: planta do recinto principal (C 1) ocupando a zona central do tumulus (5a) e a cista periférica (C 2), de época campaniforme (5b). Notar o dispositivo imbricado dos esteios do recinto principal, semelhante ao da anta 8 do Amieiro (ver Figs. 13 e 15).

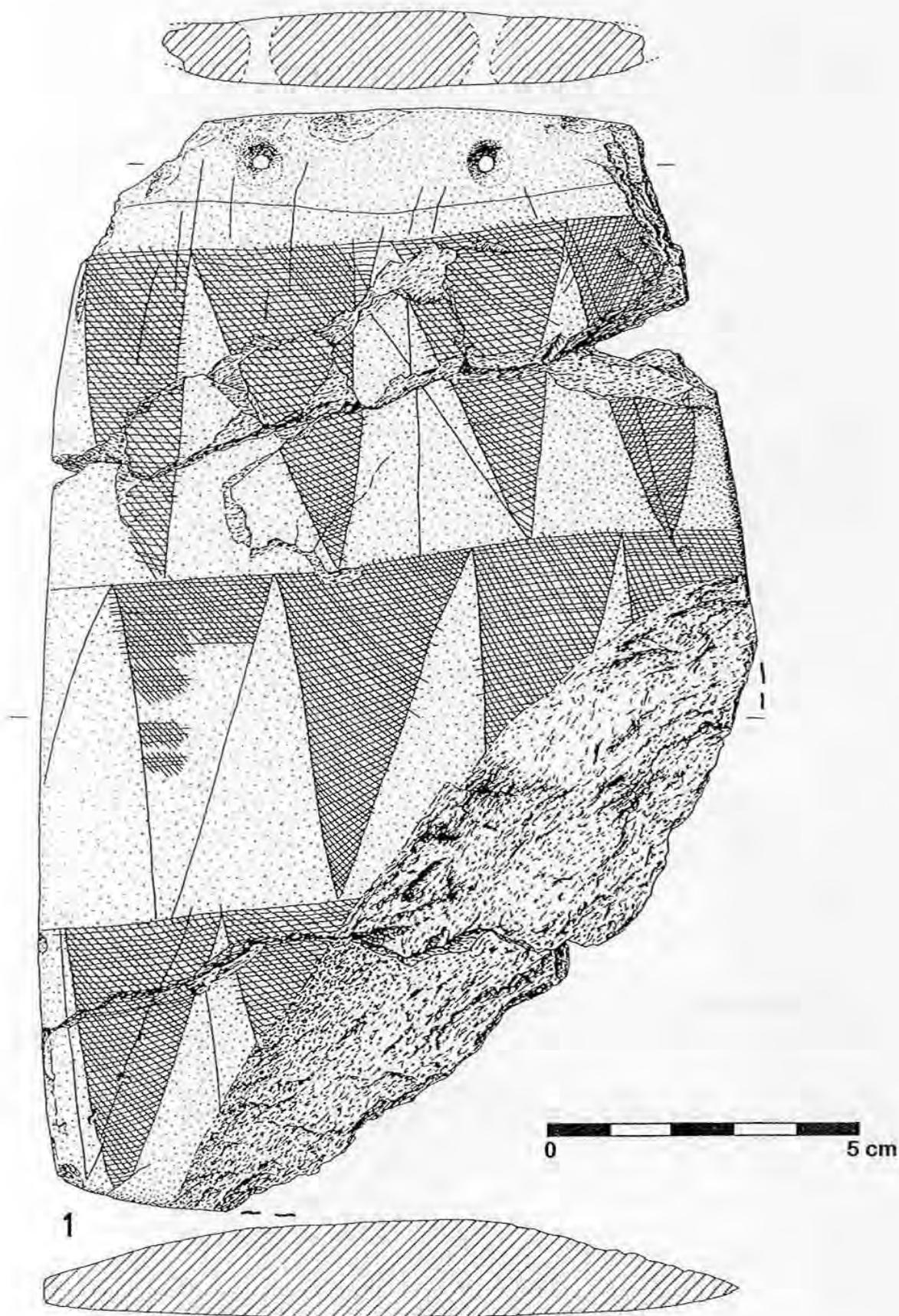


Fig. 11 – Anta 5 do Amieiro: grande placa de xisto incompleta, de origem alentejana, com decoração gravada de triângulos invertidos, preenchidos interiormente por reticulado.

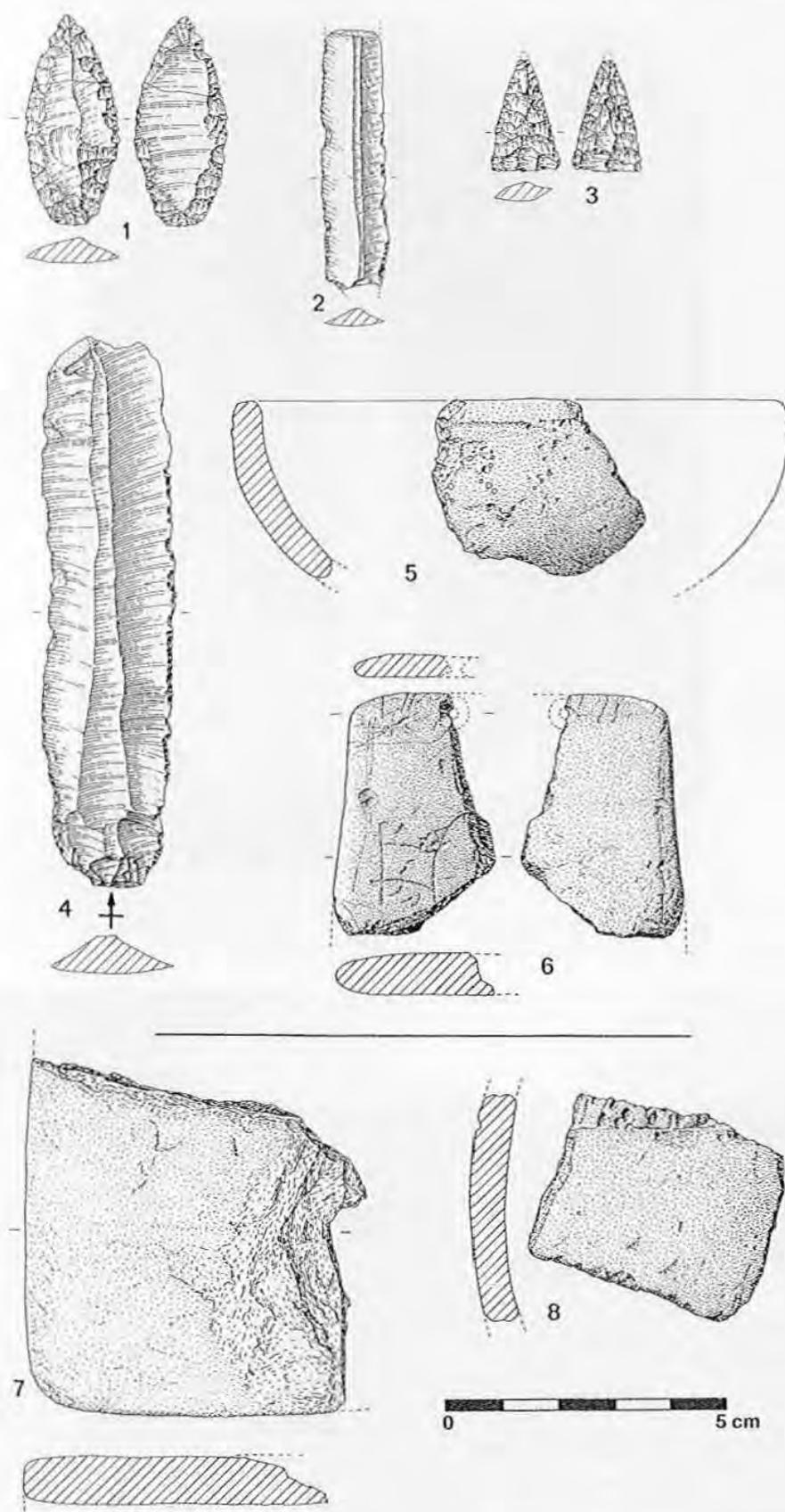


Fig. 12 - Anta 5 do Amieiro: 1 a 6, espólio proveniente do recinto principal (5a), constituído por pontas de seta (1, 3), lâminas e lamelas de sílex (2, 4), taça em calote (5) e placa de grauvaque de pequenas dimensões, com restos de decoração em ambas as faces (6). 7 e 8, espólio proveniente da cista (5b), constituído por fragmento de placa de xisto, da qual só se conservou o reverso (7) e de recipiente campaniforme com decoração pseudo-excisa (8).



Fig. 13 – Anta 8 do Amieiro: pormenor da câmara do monumento, em forma de ferradura, constituída por esteios de xisto parcialmente imbricados, possuindo estela-menir no seu interior.



Fig. 14 – Anta 8 do Amieiro: aspecto geral do monumento. Em primeiro plano observa-se a escavação de um dos quadrantes do *tumulus*, constituído essencialmente por blocos pedregosos (“cairn”), essencialmente de quartzo leitoso filoneano, engrenados uns nos outros.

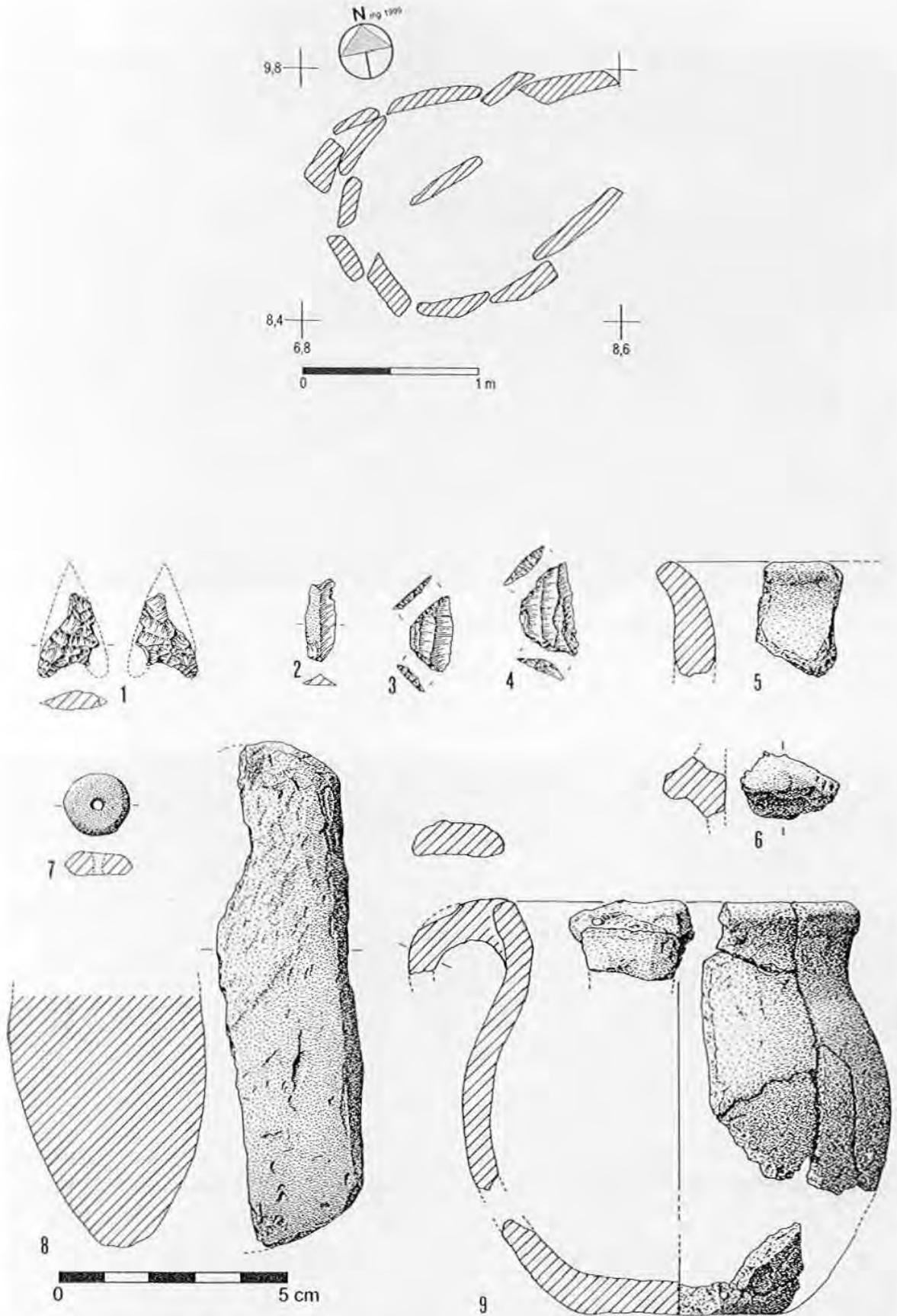


Fig. 15 – Anta 8 do Amieiro: em cima, planta do recinto ortostático, com a estela-menir encontrada no seu interior; em baixo, espólio exumado na câmara e no *tumulus*, constituído por fragmento de ponta de seta de sílex de base côncava, lamela de quartzo leitoso e micrólitos de sílex (trapézio e crescente), conta de cornalina, fragmento de machado de secção sub-retangular (anfíbolítico) e cerâmicas diversas, do Neolítico Final/Calcolítico.



Fig. 16 – Anta 1 do Amieiro: vista geral do monumento no final das escavações.



Fig. 17 – Anta 1 do Amieiro: pormenor do recinto interno, de contorno poligonal desprovido de corredor. Notar a posição deduzida de alguns esteios, entretanto desaparecidos, pelos respectivos alvéolos de fundação e pela exfoliação do xisto, na zona correspondente ao embasamento dos mesmos.



Fig. 18 – Mamoia 9 do Amieiro: vista geral do monumento no decurso da desmatagem preliminar do terreno.



Fig. 19 – Mamoia 9 do Amieiro: vista geral do monumento no final das escavações. Observa-se a câmara fechada, de pequena altura, definida por lajes dispostas verticalmente, ocupando a parte central do *tumulus*, constituído por grandes blocos, essencialmente de quartzo.

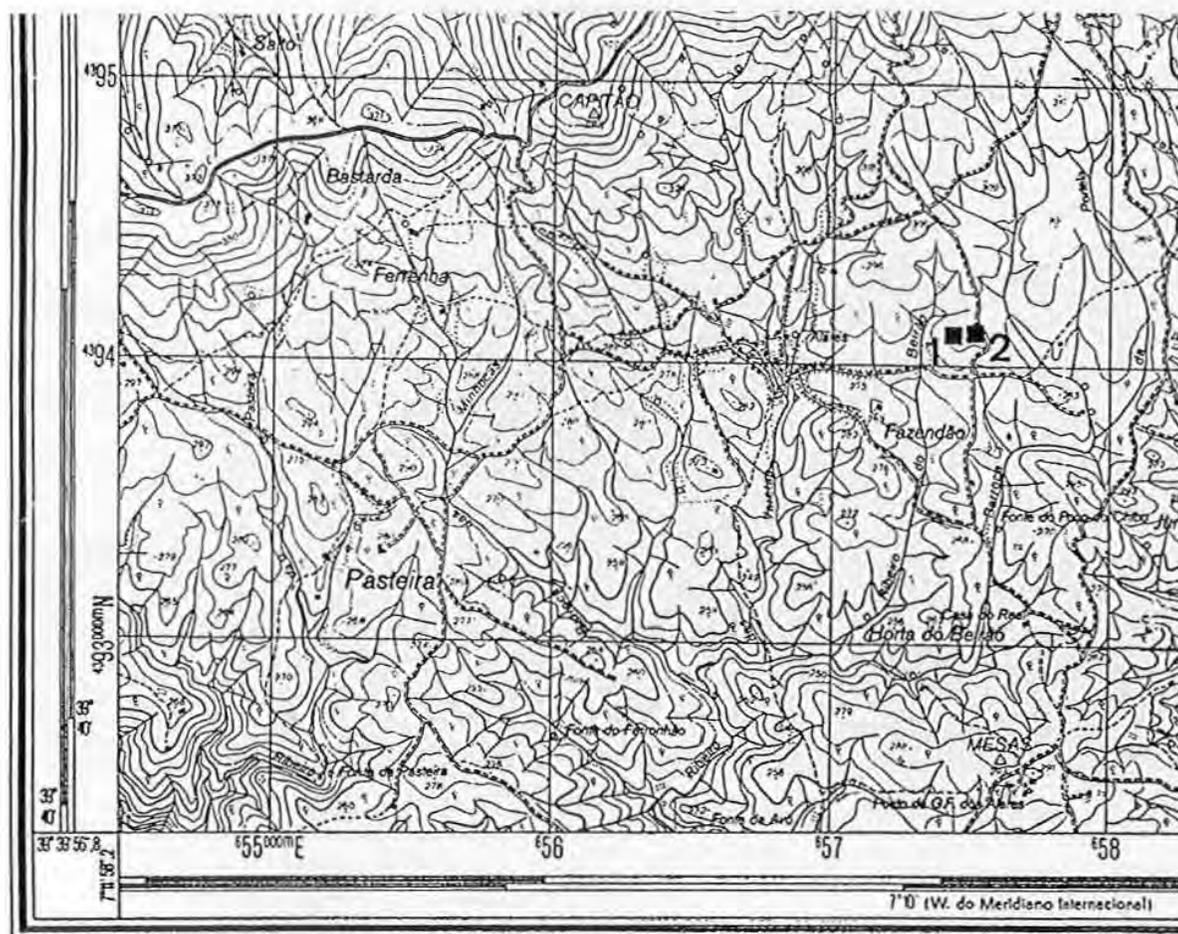


Fig. 20 – Localização da anta 1 do Poço do Chibo (1) e do bloco insculturado (2) na Carta Militar de Portugal na escala de 1/25 000, folha 293 (reduzida). Cada lado da quadrícula corresponde a 1 km.



Fig. 21 – Anta 1 do Poço do Chibo: pormenor da câmara deste pequeno monumento, de planta sub-circular, constituída por blocos de xisto e de quartzo leitoso filoneano.



Fig. 22 – Anta 1 do Poço do Chibo: aspecto geral do *tumulus* do monumento, evidenciado por grandes blocos de quartzo leitoso filoneano, antes do início das escavações.

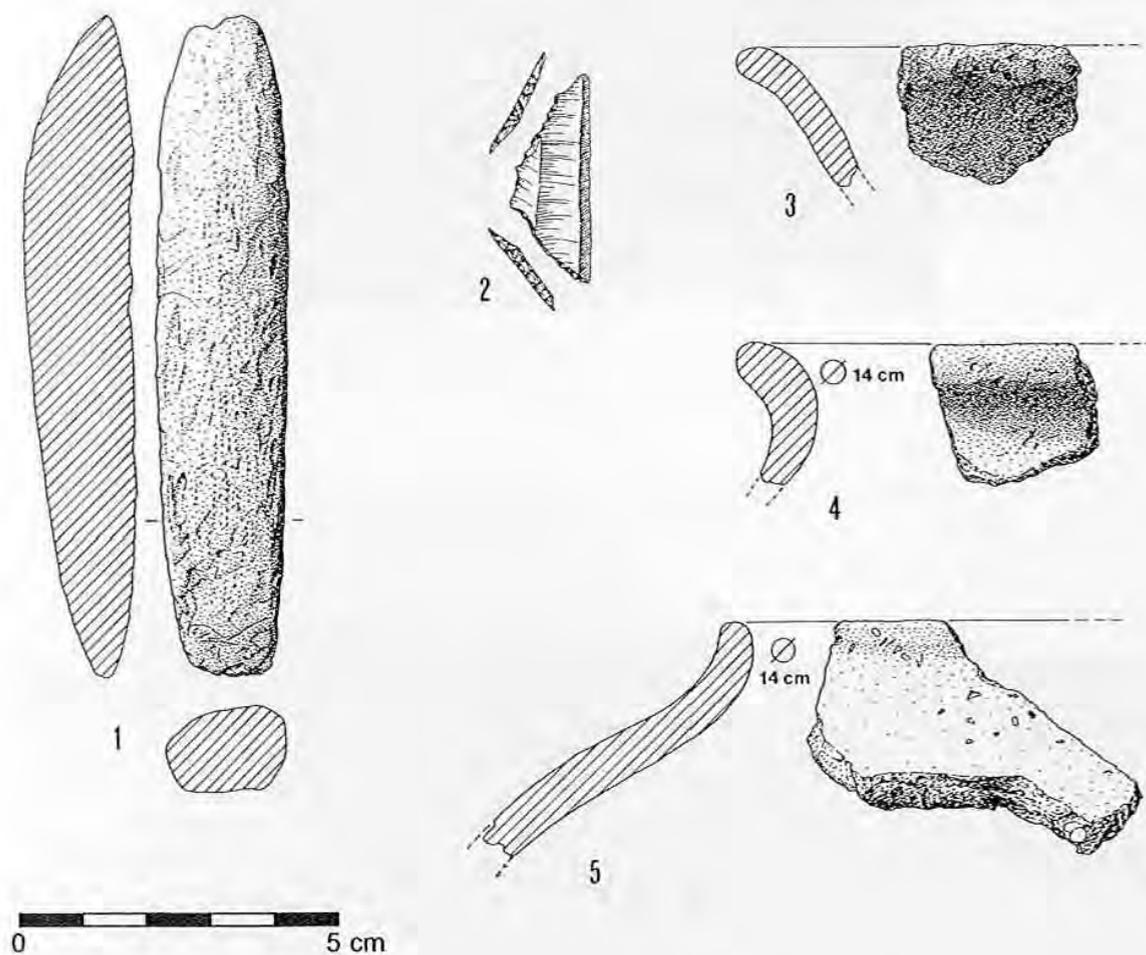
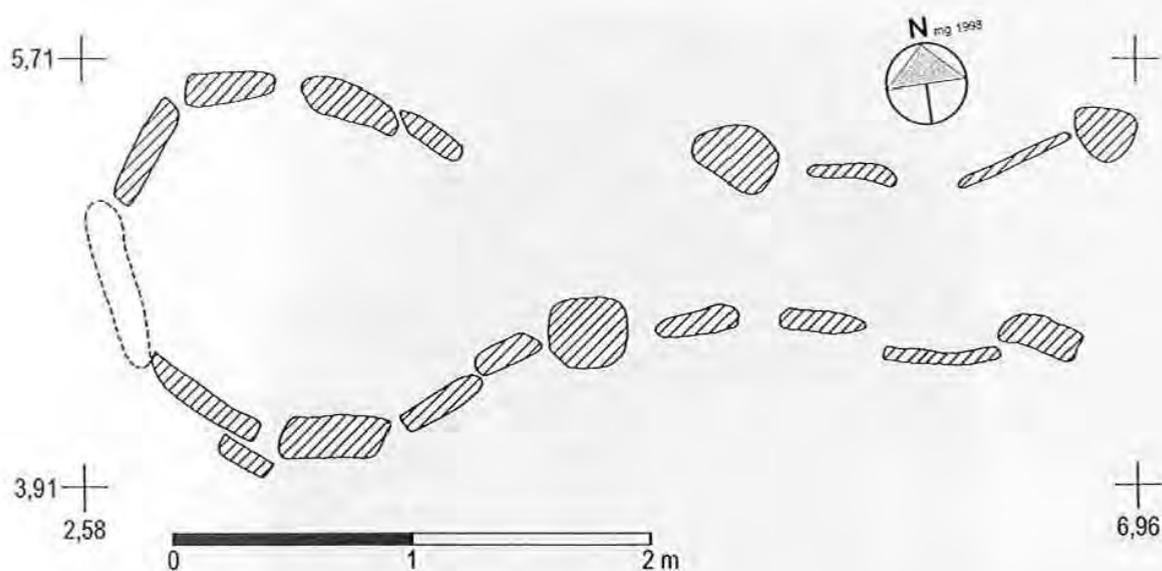


Fig. 23 – Anta 1 do Poço do Chibo: em cima, planta do recinto ortostático; em baixo, parte do espólio recolhido no seu interior e na área do *tumulus*, em consequência de violação anterior: 1, formão de pedra polida (anfíbolito); 2, trapézio de sílex; 3 a 5, recipientes cerâmicos.



Fig. 24 – Inscultura existente em bloco móvel, em forma de sela, situado cerca de 60 m a Este da anta 1 do Poço do Chibo (ver Fig. 20).

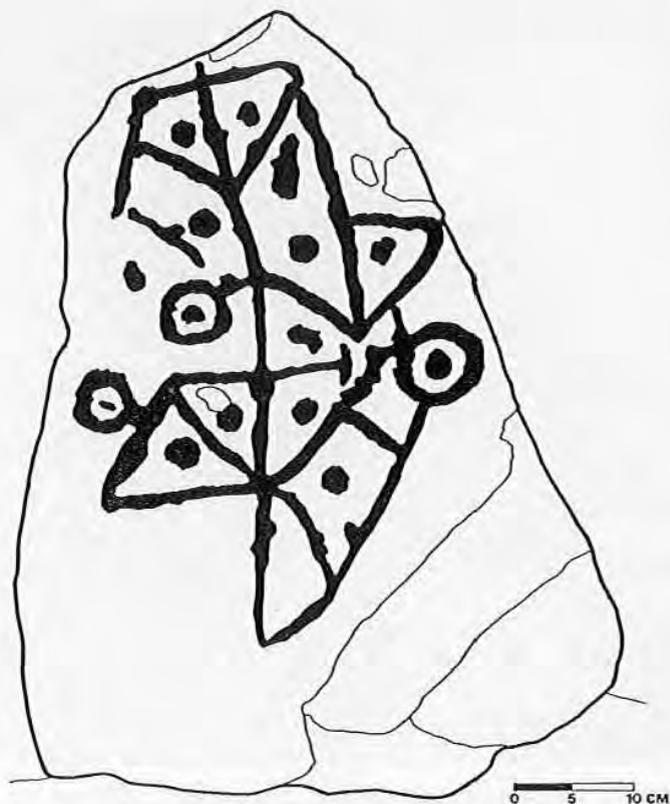


Fig. 25 – Decalque do bloco insculturado da Fig. anterior.



Fig. 26 – Anta do Cabeço da Força: vista geral do monumento no decurso das escavações (1999).



Fig. 27 – Anta do Cabeço da Força: vista axial do monumento, a partir do corredor, no decurso das escavações (2000). Observe-se o mau estado de conservação da estrutura ortostática, tanto do corredor como da câmara, esta última em segundo plano.

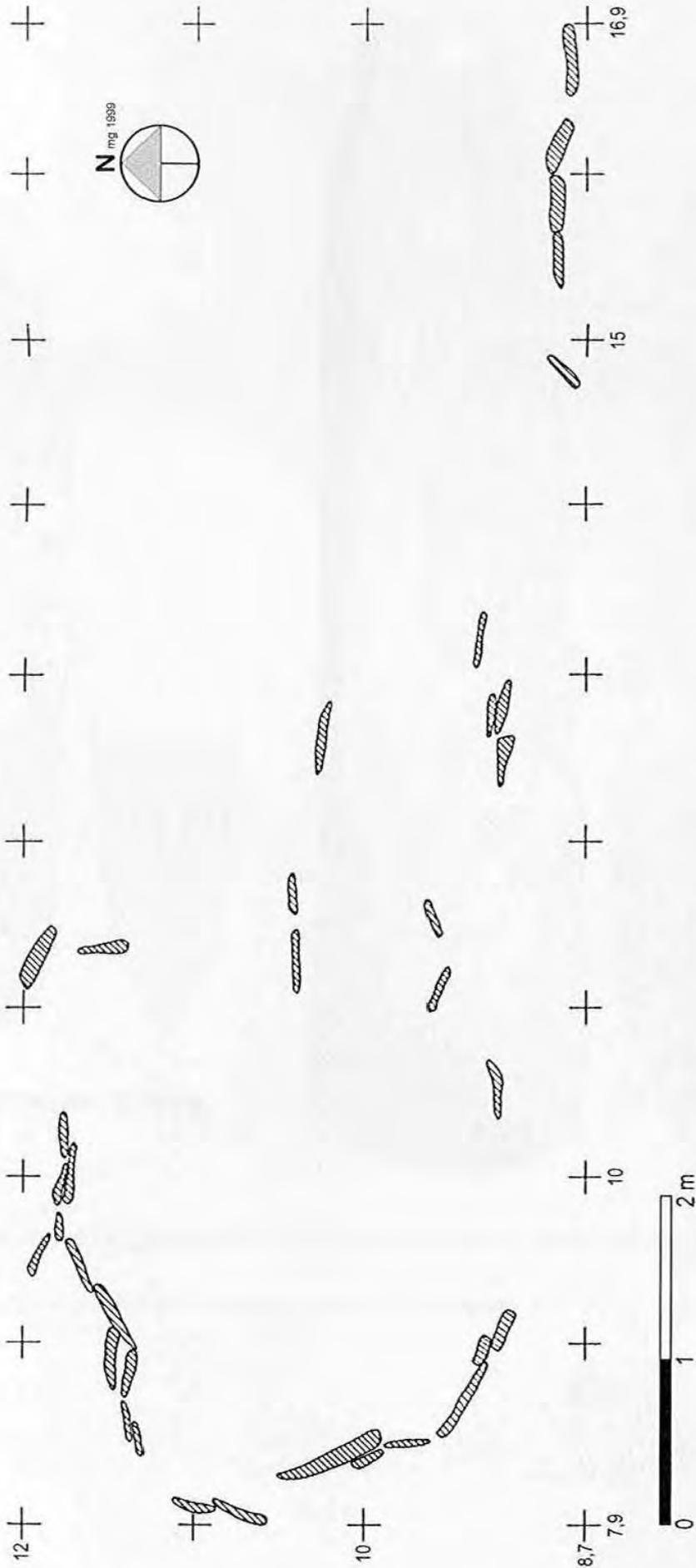


Fig. 28 – Planta da anta do Cabeço da Força.

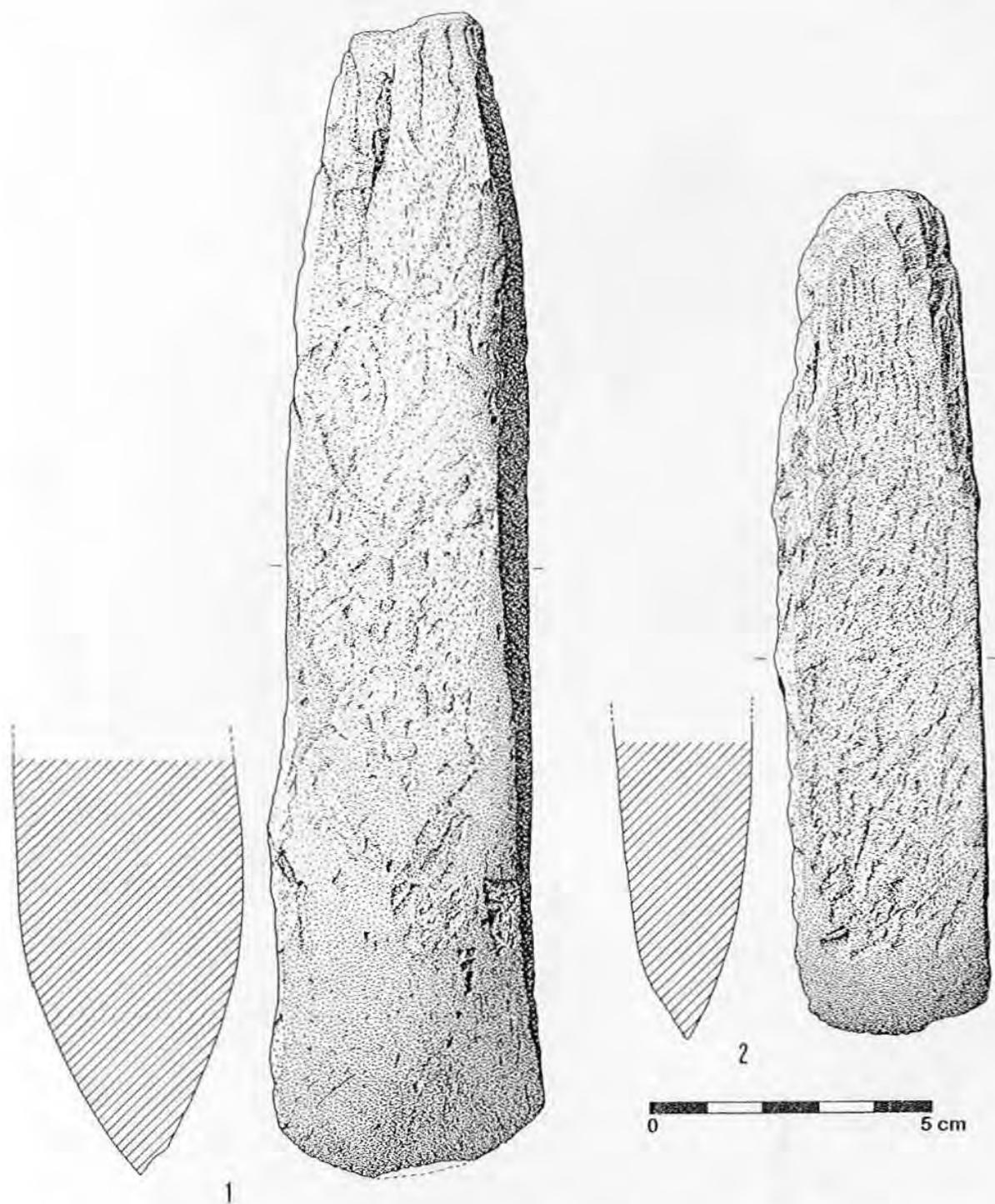


Fig. 29 – Anta do Cabeço da Forca: 1, machado recolhido sob o esteio adjacente ao da cabeceira; 2, machado recolhido no corredor.

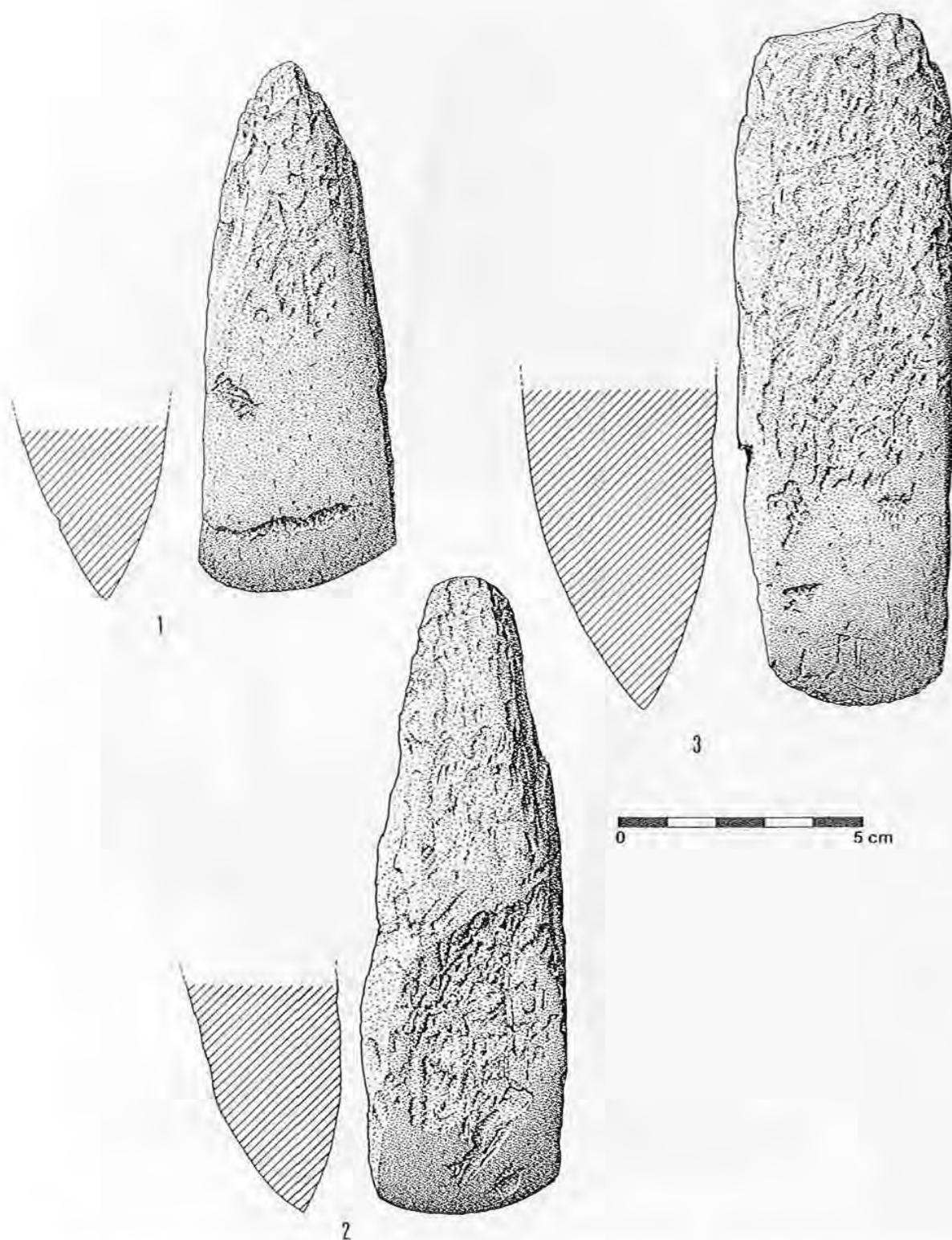


Fig. 30 – Anta do Cabeço da Forca: 1 e 2, machados recolhidos no corredor; 3, machado recolhido em camada de enchimento da câmara.



Fig. 31 – Anta do Cabeço da Forca: goiva incompleta, recolhida na decapagem superficial na zona do corredor; 2, enxó recolhida na decapagem superficial, na zona a norte da câmara; 3, enxó recolhida perto do limite externo da mamoa, e na base da camada superficial; 4, enxó recolhida entre dois esteios do corredor e perpendicularmente a outra, mais pequena; 5, enxó recolhida no corredor.

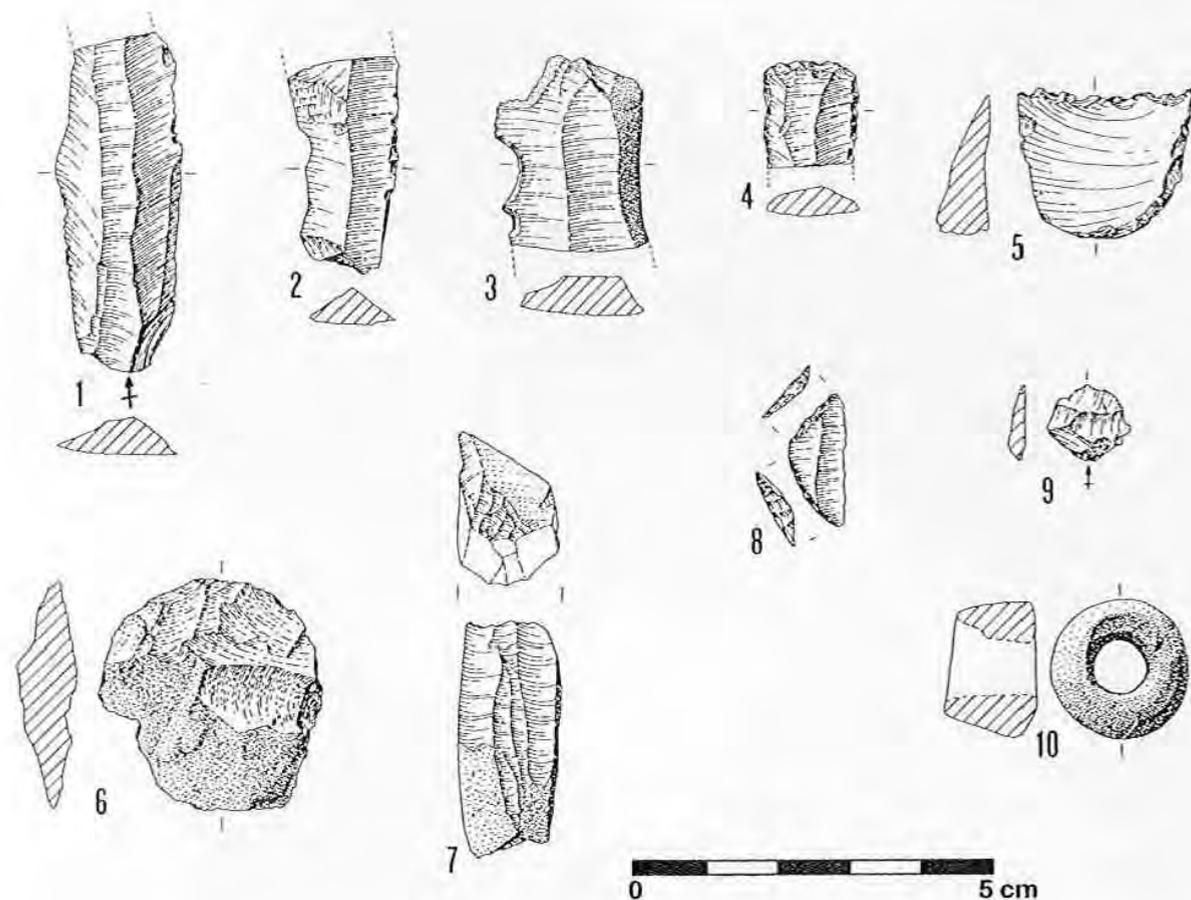


Fig. 32 – Anta do Cabeço da Forca: 1 a 3, fragmentos de lâminas de sílex recolhidas, respectivamente, no interior da câmara perto da cabeceira (1); e no quadrante nordeste da mesma (2 e 3); 4, frgmento de lâmina com bordos laterais e extremidade distal retocados, recolhida na decapagem da camada superficial; 5, elemento de foice denticulado sobre lasca, com "lustre de cereal", recolhido na decapagem da camada superficial (Idade do Bronze); 6, lasca de quartzo com levantamentos centripetos, recolhida na zona da câmara; 7, núcleo de lamelas sobre cristal de quartzo, recolhido na camada de enchimento da câmara, perto da cabeceira; 8, geométrico de sílex (trapézio), recolhido à superfície, antes do início dos trabalhos; 9, lasca de quartzo leitoso, proveniente da câmara; 10, conta de pedra polida, recolhida na camada superficial, na zona do corredor.